



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE JANEIRO DE 2026

ATA Nº. 4 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
- 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO VINTE E NOVE, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.
- 3.2.1.1. VOTAÇÃO
- 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DA FIGURA DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL
- 3.3.1. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.3.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.3.3. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.4. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.3.5. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.3.6. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.7. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.8. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO)

- 3.3.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.10. VOTAÇÃO
- 3.4. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.5. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.6. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.7. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.8. SRª. DEPUTADA PAULA NETO (INOV25)
- 3.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.11. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.12. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.14. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.15. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.16. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
- 3.17. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.18. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) DEFESA DA HONRA
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DA PETIÇÃO - “INSTALAÇÃO DE UM NOVO POSTE DE ALTA TENSÃO NA INTERSECÇÃO DA RUA ALICE OGANDO E A RUA MANUEL MENDES EM CACILHAS DE OEIRAS – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO – CHEO DESDE 1976”, NOS TERMOS DO ARTIGO 66, N.º 8, DO REGIMENTO - APRECIADO
- 4.2. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS UNIÕES DE FREGUESIAS | JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OEIRAS A INTEGRAR NO CONSELHO MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

h

DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS

- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 882/2025 – GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 4.º TRIMESTRE DE 2024 E RELATÓRIO E CONTAS 2024 - APRECIADA
- 4.4. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1002/2025 – GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025 - APRECIADA
- 4.5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1005/2025 – GMA – RELATIVA À TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M., S.A. – RELATÓRIO E CONTAS 2024 - APRECIADA
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1182/2025 – GAF – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DE BARCARENA, PORTO SALVO, CARNAXIDE E QUEIJAS E ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES-2025 - RETIRADA
- 4.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1183/2025 – GMA – RELATIVA À TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026-2030 - APRECIADA
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR. PEDRO GONÇALVES, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.3. SR. DANIEL SOUSA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.4. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

- 5.5. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.6. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 5.7. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 5.8. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 5.9. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>União</i>			
24-02-2026			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
NOV 25	16		
PS	2		
CH	3		
CEO	2		
IL	1		
CDU	1		
PAN	1		
NOVAR UNIAO ALGES 25	1		
NOVAR BARGAREMA 25			
NOVAR CARNAXOE E DUSLASS 25	1		
NOVAR UNIAO OEIRAS 25			
NOVAR PORTO 25	1		
ATA FAVOR * N-CONTRA * A-ABSTENCAO			

-----ATA DA 4ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

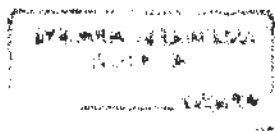
-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE JANEIRO DE 2026

-----ATA Nº. 4 / 2026 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrini da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Rui Jorge Lima Vieiro, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva



Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcclos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Filipe Jorge de Sousa Martins, João Rafael Marques Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Graciete da Silva Bernardo, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelbo. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação do Relatório Final da Petição - “Instalação de um novo poste de alta tensão na interseção da Rua Alice Ogando e a Rua Manuel Mendes em Cacilhas de Oeiras – Cooperativa de Habitação – CHEO desde 1976”, nos termos do artigo 66, N.º 8, do Regimento; -----
2. Eleição do representante das Uniões de Freguesias | Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras a integrar no Conselho Municipal de Educação de Oeiras;-----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 882/2025 – GMA – relativa à MUNICÍPIA – Empresa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024;-----

4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1002/2025 – GMA – relativa à MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2025; -----

5. Apreciação da Proposta CMO N.º 1005/2025 – GMA – relativa à TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A. – Relatório e Contas 2024;-----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1182/2025 – GAF – relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesias de Barcarena, Porto Salvo, Carnaxide e Queijas e Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para apoio à realização de Festividades-2025; -----

7. Apreciação da Proposta CMO N.º 1183/2025 – GMA – relativa à TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2026-2030.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Boa tarde. Declaro aberta a Sessão Extraordinária quatro/dois mil e vinte e seis. Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste à distância.-----

----- Vou pedir ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à chamada. -----

----- Temos a aprovação de uma Ata.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA -----

3.2.1. Ata da Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco – Ata número vinte e nove, de dois mil e vinte e cinco. -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles

Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. --

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Tomás Raposo Barra e Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, está aprovada por unanimidade. -----

----- Temos ainda uma proposta de recomendação da Iniciativa Liberal, que eu vou passar a ler: -----

3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DA FIGURA DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Um. Enquadramento -----

----- Considerando que: -----

----- a) A modernização administrativa exige uma relação entre os serviços municipais e os munícipes baseada na transparência, confiança, cooperação e participação cívica, reforçando a proximidade entre a autarquia e a comunidade. -----

----- b) Os munícipes têm direito a serviços públicos de qualidade e, quando estes não correspondem às suas necessidades, muitos cidadãos não utilizam os mecanismos formais de reclamação, seja por falta de confiança na sua eficácia, desconhecimento ou dificuldades de acesso. -----

----- c) Não existem dados públicos consolidados que permitam uma análise transparente sobre:-----

----- Reclamações e queixas apresentadas, por serviço e por tema; -----

----- Grau de resolução dos problemas reportados. -----

----- d) A ausência desta informação dificulta a avaliação objetiva da eficiência dos serviços municipais e limita a capacidade de melhoria contínua. -----

----- e) De acordo com dados públicos do Portal da Queixa, a Câmara Municipal de Oeiras

apresenta um índice de satisfação reduzido (dezasseis vírgula cinco em cem), contrastando com outros municípios que registam níveis de satisfação significativamente superiores. -----

-----f) Para além do Livro de Reclamações e dos mecanismos legais externos, não existe atualmente uma entidade independente a quem os munícipes possam recorrer para apresentar queixas ou denúncias. -----

-----g) A criação de um mecanismo independente, imparcial e acessível contribuiria para reforçar a confiança dos cidadãos, melhorar a mediação entre munícipes e serviços municipais e promover uma cultura de responsabilidade e transparência. -----

-----Dois. Objetivo-----

-----Instituir a figura do Provedor do Município de Oeiras, uma entidade independente e imparcial dedicada à defesa dos direitos dos cidadãos, à mediação com os serviços municipais e ao acompanhamento das queixas apresentadas, garantindo maior transparência, celeridade e qualidade na resposta. -----

-----Três. Vantagens-----

-----Proximidade: Facilita o acesso dos munícipes a uma entidade independente que analisa as suas preocupações de forma imparcial e acessível;-----

-----Acompanhamento: Permite monitorizar o tratamento e a resolução das queixas apresentadas, promovendo maior rigor, eficiência e responsabilização dos serviços;-----

-----Transparência: Contribui para uma administração municipal mais aberta, responsável e orientada para a melhoria contínua. -----

-----Confidencialidade: Assegura a proteção dos dados pessoais e, quando solicitado, o anonimato dos munícipes, reforçando a confiança no processo.-----

-----A criação do Provedor do Município reforçará a confiança na administração pública e promoverá uma relação mais transparente e eficaz entre os cidadãos e os órgãos municipais. -----

-----Quatro. Proposta-----



~

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Face ao exposto e tendo por base os exemplos de Municípios como Porto, Braga e Coimbra que já implementaram com sucesso a figura do Provedor do Município, demonstrando a utilidade deste mecanismo, a Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sessão extraordinária número quatro/dois mil e vinte e seis, de vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e seis, delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que analise a viabilidade da proposta aqui apresentada para a criação da figura do provedor do município com base nas seguintes orientações: -----

----- Perfil: Pessoa de reconhecida integridade, independência, idoneidade cívica e experiência relevante na administração pública, no direito ou em áreas afins. -----

----- Competências: -----

----- Receber, analisar e acompanhar queixas, reclamações e exposições apresentadas pelos municípios; -----

----- Promover a mediação entre os cidadãos e os serviços municipais; -----

----- Emitir recomendações aos órgãos e serviços municipais; -----

----- Elaborar e apresentar relatórios anuais de atividade, a submeter à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. -----

----- A criação do Provedor do Município não visa substituir os mecanismos existentes, mas antes complementar e reforçar o sistema atual, garantindo que as queixas e exposições dos cidadãos são acompanhadas de forma transparente, imparcial e eficaz. -----

----- Num contexto em que as plataformas digitais, embora úteis, não asseguram acesso universal nem disponibilizam informação agregada e sistemática sobre respostas e resoluções, torna-se essencial criar um ponto de contacto independente que promova a responsabilização dos serviços e produza dados objetivos. -----

----- Esta medida contribuirá para reforçar a eficiência, a transparência e a proximidade entre o município e os cidadãos, promovendo uma administração pública mais moderna, inclusiva

e orientada para a resolução efetiva dos problemas dos munícipes.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, é esta a proposta que está em análise, e eu pergunto se alguém pretende usar da palavra para se pronunciar sobre esta proposta de recomendação da Iniciativa Liberal. Alguém pretende usar da palavra? Ninguém? Faz favor, Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).-----

3.3.1. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimento todos os presentes. -----

-----O PAN vê com bons olhos a criação de mecanismos que reforcem a defesa dos direitos dos munícipes, a transparência e a mediação com a administração. No entanto, importa refletir sobre o modelo que se pretende adotar. No âmbito do Direito de Oposição, o PAN propôs a criação da figura do Provedor municipal dos animais, precisamente porque se trata de uma área com especificidades próprias, sensíveis e que exigem conhecimento técnico e proximidade. O que me foi transmitido é que o Senhor Presidente pretende criar um único Provedor para as três áreas. ---

-----A ideia de um Provedor único para pessoas, animais e ambiente levanta-nos reservas não por discordarmos do princípio, mas porque um Provedor de tudo corre o risco de ser um Provedor de nada. São áreas distintas, com enquadramentos legais diferentes, problemas próprios e níveis de complexidade que dificilmente se compadecem com uma abordagem generalista. Para o PAN, a eficácia destas figuras passa pela especialização, pela autonomia e pela capacidade real de intervenção. Caso contrário, corre-se o risco de criar uma solução simbólica, mas pouco consequente. É esta reflexão que entendemos dever ser feita antes de qualquer decisão. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.3.2. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Queria aproveitar para a cumprimentar a si e na sua pessoa toda a Mesa, todos os membros desta Assembleia, cumprimentar também o Senhor Vice-Presidente, todo o Executivo Municipal, quem nos ouve aqui ou quem nos ouve em casa. --

----- Para dizer de forma muito rápida o seguinte, e vai um pouco dentro da linha daquilo que a nossa colega Deputada do PAN aqui disse. -----

----- Considerandos como aqueles que aqui temos são considerandos com os quais todos concordamos. Não há dúvida de que a administração tem de estar próxima dos munícipes. Não há dúvida que a administração tem de ser o mais transparente possível, o mais cooperante possível. E é evidente que os munícipes têm direitos que não podem, obviamente, ser postos em causa. Dá-se a circunstância de haver já órgãos para esse efeito.-----

----- Há um órgão desde logo que se chama “Presidente da Câmara Municipal”, que deve cumprir todos os objetivos consagrados nesta proposta e, através dele, fazer com que as diferentes áreas da Câmara Municipal funcionem com transparência, funcionem de forma a transmitir confiança aos cidadãos e que sejam, obviamente, o mais cooperantes possível. -----

----- Obviamente que isto tudo é possível ser feito por múltiplas formas, mas também nos parece que a criação de uma figura única, de um canal único para a concentração da “queixa” não nos parece que seja a forma mais eficaz de resolver o tema e seria, porventura, mais uma estrutura que se criaria. E eu até me surpreendo como é que é a própria IL (Iniciativa Liberal) a propor a criação de estruturas deste tipo, quando todo o discurso que tem vai em sentido contrário. Aqui estaríamos a tornar mais complexa a estrutura, em vez de a tornar mais simples. -----

----- Se há questões para resolver ao nível das diferentes áreas da Câmara Municipal, se há reclamações que tardam, se há algo que não esteja a funcionar bem, pois nós, enquanto Assembleia Municipal, também podemos dar um contributo importante para que isso deixe de ser assim. Também é essa a nossa função. E, portanto, se alguma coisa não funciona bem, pois tudo terá de

ser feito ao nível da Câmara Municipal para que funcione bastante melhor. Não é pelo facto de..., a única queixa que eu aqui vejo é mesmo a referência ao Portal da Queixa que, segundo os proponentes, tem uma taxa que não é uma taxa positiva. -----

-----Ora bem, eu não encontro, enfim, até hoje, nos munícipes que aqui vêm, nos munícipes que vão às sessões de Câmara Municipal, nos munícipes que frequentam a Câmara Municipal um nível de queixa que seja nem acima daquilo que habitualmente se verifica, designadamente noutros órgãos e noutras instâncias, mas vejo é que há uma postura de colaboração, uma postura como diria cooperante para que a resolução dos problemas possa acontecer. O Senhor Presidente da Câmara Municipal e todas as áreas que dele dependem, estarão com certeza muito empenhadas, em que assim seja e nós, enquanto Assembleia Municipal, também tudo faremos para contribuir para que os objetivos que são aqui propostos sejam plenos. Mas, como disse, não nos parece que a via correta seja através da criação de mais um órgão, de mais uma estrutura, se quisermos na terminologia da IL, de mais um custo, porque definitivamente nos parece que não é essa a melhor forma de resolver esta questão. E, portanto, em conformidade com o que disse, a nossa posição é contra. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Pergunto novamente... Quem é que quer usar da palavra? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

3.3.3. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e na sua pessoa todos os presentes, bem como todos aqueles que nos assistem de forma não presencial. -----

-----É verdade, a Iniciativa Liberal prima por querer sempre processos mais simplificados. O que acontece é que na Câmara de Oeiras se põem camadas em cima de camadas e então nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

temos um processo online onde as pessoas podem apresentar a sua queixa, mas depois os procedimentos não passam, não são simplificados e nada acontece. E as pessoas..., nós estamos aqui para servir os munícipes, as pessoas querem respostas e não sabem onde procurar, nem sabem aonde se dirigir. Porquê? Porque o processo perdeu-se, eles não sabem com quem contactar. -----

----- Portanto, este Provedor, esta pessoa é no sentido de acompanhar todo o processo para sabermos onde ele está, há quanto tempo está e termos uma resposta e pressionar, inclusive, uma resposta, para que não aconteça, como vai acontecer num ponto que vamos debater a seguir, onde os peticionários se dirigiram à Câmara Municipal em junho do ano passado, estamos em fevereiro e ainda não têm uma resposta. Portanto, é exatamente nesse sentido. Mais, também convido o Senhor Deputado António Moita (INOV25) se calhar a ver o seu programa do mandato anterior, talvez tenha lá alguns esclarecimentos, mas, talvez tenha, pronto. Mas, de qualquer forma, isso é uma questão pessoal. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), tem a palavra.” -----

3.3.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: ----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Aproveito o momento para a cumprimentar a si, cumprimentar, naturalmente, o Senhor Vice-Presidente e o Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Sobre a proposta que a Iniciativa Liberal aqui traz, isto é, obviamente, uma questão política da forma como se enquadra ou não se enquadra, como se entende ou não se entende a ligação entre o Município e os munícipes. Eu compreendo o argumento que o Deputado António Moita (INOV25) aqui trouxe, de que o Presidente é um órgão que tem essa competência por si só. É verdade, e também é verdade que o Executivo tem essas competências delegadas, é verdade. E

também é verdade que a Assembleia Municipal deve fiscalizar essa relação. Também é verdade, está isto tudo escrito na legislação.-----

-----Mas isso não significa que não haja necessidade como se tem visto - aliás, o modelo não é português, o modelo é um modelo escandinavo - em vários municípios do país de criar uma figura que possa, de alguma maneira, ajudar a resolver diferendos quando eles existem. E, de facto, a verdade é que existem diferendos, e ainda bem que assim é, porque não pensamos todos da mesma forma. De facto, o que nos parece é que a figura do Provedor pode aprofundar de forma bastante significativa a Democracia. Quero deixar ainda claro que se fosse, de facto, verdade que o argumento de que o Senhor Presidente da Câmara pode e deve dar resposta a todas as reclamações, e que existiam dados sobre isso, aquilo que se verificaria hoje é que nós teríamos dados sobre o atendimento e sobre as respostas às reclamações. Mesmo concentradas no Presidente da Câmara esses dados não existem, e isso é motivo suficiente para o Partido Socialista votar favoravelmente. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado João Santos (CDU), tem a palavra.” -----

3.3.5. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos antes de mais à Mesa, ao Executivo, a toda a Assembleia, ao público que assiste. -----

-----Efetivamente, esta proposta tem muito a ver com aquilo que é a estrutura de governação do Poder Local. No nosso entendimento, o Poder Local, tal como está constitucionalmente determinado, é uma estrutura que deve ser o mais próxima possível das populações. Portanto, temos um conjunto de órgãos, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal e também as Freguesias com as suas Assembleias e Juntas, que, de acordo com a



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Constituição, é preciso relembrar isso, têm diversidade de presença política em todos os seus órgãos. Isto significa que temos institucionalmente os mecanismos de controlo, de fiscalização, de debate de ideias e, por exemplo, ao contrário daquilo que acontece na Assembleia da República, onde o público não pode intervir, nos órgãos autárquicos, nas reuniões de Assembleia, de Câmara, de Freguesia, o público tem essa possibilidade, e não é por acaso. E, portanto, parece-nos que constitucionalmente temos aqui uma valorização inequívoca deste nosso nível onde aqui estamos, em que temos os mecanismos de participação, temos os instrumentos de participação e temos também a responsabilidade de os valorizar. Temos a responsabilidade de dar voz e de dar sequência àqueles que são os problemas que são trazidos pelas pessoas, pelos munícipes, por qualquer cidadão.-----

----- De maneira que esta proposta, naturalmente tem boas intenções, não duvido. Acompanhamos aquilo que são princípios de transparência, de acompanhamento, de dar voz às preocupações, mas o lugar próprio e a responsabilidade é aqui, nos órgãos, e é nossa também. Portanto, não acompanhamos, efetivamente, formalmente esta proposta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Parece-me que não. Poderemos passar.... Vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

3.3.6. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Sem me prolongar demasiado sobre a matéria, dizer duas ou três notas. Não é estranho que haja poucos municípios que tenham esta figura, até porque à partida e sinceramente, não conheço a lei habilitante para criar um Provedor do Município. Não sei se há uma lei habilitante para isso e que possibilite a criação da figura. Pensava-se que podia haver, não sei se haverá.-----

-----Depois, a proposta à partida pode ter pontos positivos, naturalmente. Todavia não são aqueles que a Iniciativa Liberal aqui traz. A Iniciativa Liberal, aliás, como quase habitualmente faz, normalmente confunde “velocidade com toucinho”. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas é essa a confusão permanente que fazem. Exatamente, estava a recordar-me do Professor Santana Castilho, que usava essa expressão feliz. -----

-----Passo a explicar porquê. Então, é o Provedor do Município que trará mais transparência? Porquê? Quem é que indica o Provedor do Município? Quem é que indica o Provedor do Município? Será um órgão municipal. Qual é que a grande transparência que traga? Só se for pela excecional qualidade do possível, ou da possível, Provedor do Município. Depois, e nunca esquecendo isto, um Provedor do Município, no espírito daquilo que foi dito aqui pela CDU, é uma desvalorização das competências de fiscalização de uma Assembleia Municipal. É um esvaziamento do que a Assembleia Municipal deve fazer. Não é estranho que a Iniciativa Liberal queira esvaziar as competências ou o funcionamento do órgão, mas a cada qual as suas responsabilidades. -----

-----Depois, por fim, há uma grande confusão que eu acho sempre divertido. As pessoas querem isto, as pessoas querem aquilo... Quando uma força política, ou um deputado, ou dois ou três deputados assumem que sabem aquilo que todos os outros, ou que a maioria dos outros querem, há aqui um problema qualquer de humildade que é objetivo. Que é objetivo, que é quase sempre permanente na Iniciativa Liberal. Esta falta de humildade na forma como olham e como parecem presumir o que os outros pretendem, que é contrariado por factos. Se o Meu Bairro não dá resposta? Eu pensei que desse e que tivesse melhorado muito nos últimos anos, o desempenho da plataforma. Pensei que tivesse melhorado, aliás, os relatórios indiciam que vem melhorando. Tanto é que resulta muitas vezes na solução dessa problemática. Falta de transparência, que os munícipes não são ouvidos? Se os munícipes não são ouvidos e não se sentem reconhecidos no trabalho da Câmara Municipal, eu não consigo perceber o que é que acontece nas eleições, porque



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as pessoas querem o que a Iniciativa Liberal diz que querem, depois o resultado concreto é diferente daquele que é dito. Vossa Excelência fala como detentora da verdade, depois, no concreto, é ao contrário.-----

----- O Provedor do Município só serviria para ter mais um canal de comunicação. Mais um canal de comunicação do Município. Como se o Poder Executivo não funcionasse, como se os grupos políticos da Assembleia Municipal não funcionassem. Ao que parece funcionam. Vossas Excelências trazem aqui muitas questões que são trazidas pelos munícipes, e bem. É parte do vosso trabalho. Então, isto é uma assunção que não estão a fazer o trabalho, de algumas forças políticas? Isso é responsabilidade própria. É responsabilidade própria não estar nos eventos, não estar no terreno, não acompanhar as questões concretas. Isso é responsabilidade vossa, que o fazem ou não. Há quem o faça e nem sequer colhe muita simpatia minha, mas fazem-no, estão presentes. Agora, querem um provedor, porque não fazem o vosso trabalho? Não consigo entender. O que de bom podia ter esta proposta é esvaziado pelos argumentos falaciosos da Iniciativa Liberal, mas é quase sempre assim.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

3.3.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Sim, obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para perguntar..., eu não devo ter percebido bem, porque o Senhor Vice-Presidente disse que quem iria nomear, portanto, o Provedor, seria um órgão municipal e depois disse: “então, onde é que estava a transparência?” Estava indiretamente a dizer que quando nomeiam, quando é um órgão municipal a nomear uma pessoa, não há transparência? Foi isso que disse? Não percebi bem, mas ficou isso não ar.-----

-----E também para lhe dizer que não é um esvaziamento da Assembleia Municipal, porque as queixas nem todas chegam à Assembleia Municipal, nem todas devem chegar à Assembleia Municipal pela sua característica. E o Provedor acompanharia todo esse processo e responderia a todo esse processo. De qualquer forma, qualquer munícipe teria sempre alguém com quem contactar, a quem perguntar como é que está o seu processo.-----

-----Também em relação à humildade, desculpe, mas relativamente a este Executivo não me parece que seja um problema da Iniciativa Liberal, muito contrário. O Executivo é que afirma sempre que tem as respostas e que sabe o que é que todos os munícipes querem.-----

-----Quanto à parte do seu argumento populista, nem me vou alongar mais.-----

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Pretende usar da palavra, Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)? Faz favor.”-----

3.3.8. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

-----Eu vou fazer aquilo que a Senhora Deputada Anabela Brito (IL) não fez, que é ir à parte populista do argumento do Senhor Vice-Presidente, que diz que seria um esvaziamento da Assembleia Municipal a criação da figura do Provedor do Munícipe. É para repudiar, obviamente, essa afirmação, seria perfeitamente compatível, a não ser que o Senhor Vice-Presidente me diga que acha que os parlamentos dos países escandinavos, que já aqui foram citados hoje, de várias instituições europeias, de outros países que têm das qualidades de vida maiores da Europa e do mundo funcionam muito mal e que têm os seus parlamentos esvaziados. Não bate a bota com a perdigota, Senhor Vice-Presidente. Guarde lá o populismo e tratemos dos assuntos a sério, que eu acho que é o que esta Assembleia precisa.-----

-----Muito obrigado.”-----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Vice-Presidente pretende responder?”-----

3.3.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, limito-me a agradecer a informação geográfica, mas eu não estou na Escandinávia.-----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores deputados, vamos... Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação desta proposta de recomendação da Iniciativa Liberal. -----

----- Três a favor do Grupo Municipal do Chega, dois da Iniciativa Liberal, um do PAN, do Partido Socialista temos três e dois do Evoluir Oeiras. São onze. Vinte e seis votos contra. Portanto, foi rejeitada esta proposta de recomendação.” -----

3.3.10. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e seis votos contra, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo

Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com onze votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Filipe Jorge de Sousa Martins) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 5/2026**-----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DA FIGURA DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e seis votos contra, sendo vinte e um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Porto Salvo 25 e com onze votos a favor, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, peço silêncio, porque ainda estamos no Período Antes da Ordem do Dia. Eu pergunto se alguém pretende usar da palavra para algum efeito pretendido. Alguém pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Senhora Deputada Sílvia Marques, do PAN, faz favor.”-----

3.4. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de colocar uma questão relativa às obras realizadas em frente ao Oeiras Parque. Com a intervenção efetuada, nomeadamente a redução do número de faixas de rodagem associada ao alargamento do passeio, passou a verificar-se de forma praticamente permanente e não apenas nas horas de ponta, um congestionamento significativo do trânsito naquela zona. Esta situação tem consequências evidentes no dia a dia dos munícipes, mas levanta também preocupações sérias ao nível da segurança e da resposta a situações de emergência. É frequente ver ambulâncias a tentar atravessar aquele troço com as sirenes ligadas sem que exista espaço físico para desvios ou facilitação de passagem, o que é no mínimo inquietante. Quero sublinhar que não me refiro aqui a medidas de acalmia de tráfego, que têm o seu enquadramento e objetivos próprios, refiro-me em concreto à solução adotada com o alargamento do passeio que eliminou a possibilidade de quem, por exemplo, pretende aceder ao estacionamento do Oeiras Parque, de o fazer sem ficar imobilizado na via, contribuindo diretamente para o efeito de engarrafamento em cadeia que hoje se verifica. -----

----- Nesse sentido, a questão que coloco é simples e objetiva: qual foi o racional subjacente a esta opção? O que se pretendia melhorar com esta intervenção concreta? Porque do ponto de

vista da fluidez do trânsito já é claro que essa melhoria não se verificou, pelo contrário, a situação agravou-se de forma visível e constante. Gostaria por isso de perceber que objetivos foram definidos para esta obra, que avaliação prévia foi feita do impacto no trânsito e se está prevista alguma correção ou ajustamento à solução adotada, tendo em conta a realidade que hoje se vive no local. ---

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) também pediu a palavra. Faz favor.”-----

3.5. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----No passado dia dezasseis de janeiro, foi inaugurada a reabilitação de um troço do Caneiro de Algés, considerada como prioritária, após as inundações de dezembro de dois mil e vinte e dois e dos abatimentos ocorridos, de forma recorrente, no Largo Comandante Augusto Madureira, troço esse, compreendido entre o Largo José Viana e a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés.-----

-----Na mesma cerimónia, foi feita a Apresentação Pública e Entrega do Estudo Prévio para a Reabilitação Total da Ribeira de Algés, elaborado pelo Professor José Saldanha Matos, expert na matéria e garante da qualidade do Estudo Prévio!-----

-----Finalmente, é tornado público um estudo prévio com o objetivo de minimizar e controlar os riscos de inundações, através da reabilitação estrutural integral de vários trechos do Caneiro, desde o Parque Urbano de Miraflores até ao troço final de descarga do Caneiro no estuário do Tejo, melhorando o desempenho hidráulico e estrutural de todo o sistema.-----

-----Senhora Presidente,-----

-----Trata-se de obras que, como foi referido no vídeo publicitário apresentado na



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cerimónia, há décadas deveria ter sido feito.-----

----- E para as quais - diz o Senhor Presidente da Câmara - ter sido reservada uma verba de cerca de quinze Milhões de euros, das disponibilidades financeiras do Município, há duas décadas.

----- Se sim, não se compreende porque não foram então feitas, poupando prejuízos e vítimas mortais, em resultado das intempéries entretanto ocorridas.-----

----- Bem sabemos quais são os argumentos repetidamente aduzidos!-----

----- Ah e tal, a obra não é da nossa responsabilidade, é da responsabilidade da Administração Central! O Caneiro de Algés passa por três municípios e a obra é supramunicipal!

----- Sim..., mas a verdade das populações e a proteção civil é uma tarefa coletiva, com elevada responsabilidade dos municípios de per se.-----

----- E os custos de requalificação, agora estimados em sessenta e três Milhões de euros, muito provavelmente teriam sido realizados com os quinze Milhões de euros, que o Senhor Presidente tantas vezes fala!-----

----- Como em tudo o que de mau ocorre em Oeiras, a Administração Central tem as costas largas! A culpa é sempre dos sucessivos Governos da República que se alhearam do problema das inundações em geral e do Caneiro de Algés em particular!-----

----- Curiosamente, sim, curiosamente Senhores Deputados, não se conhece qualquer iniciativa para resolver o problema, por parte do Governo da República, durante o tempo em que Isaltino de Moraes foi Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e, portanto, tutelava a área.-----

----- Incoerências a que já estamos habituados!-----

----- Para terminar, como, enfaticamente, é dito no vídeo da cerimónia:-----

----- Agora é o momento!-----

----- Façamos a obra acontecer, sem impasses nem hesitações!-----

----- Juntos temos a ambição de fazer diferente!-----

-----Juntos podemos elevar o território para uma nova era! -----

-----Viva! Viva! Viva! -----

-----Obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

3.6. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Deputados e todos os que assistem, os meus cumprimentos em nome do Grupo Municipal do Chega. -----

-----Durante décadas, Portugal vive sob uma verdadeira ditadura fiscal, imposta por sucessivos Governos e Presidentes, incapazes de gerar riqueza, mas certamente eficazes a arrecadar impostos, taxas e multas. Em vez de promoverem crescimento económico, liberdade e prosperidade, optaram por sustentar um Estado pesado e ineficiente à custa do esforço de quem trabalha. --- -----

-----A incoerência política tornou-se uma marca estrutural do regime. Os partidos do sistema e os satélites sobrevivem através de acordos, coligações artificiais e jogos de bastidores, sempre submissos ao mesmo sistema instalado, acordos corroídos pela falta de ética, pela ausência de vocação para o serviço público e pelo afastamento total das reais necessidades do povo português. - -----

-----Nesta Assembleia, esta realidade é evidente. Assistimos a partidos que escondem a sua identidade para tentar iludir os eleitores, recorrendo a designações oportunistas e coligações de conveniência, numa tentativa desesperada de prolongar uma relevância política, que o povo já lhes retirou nas urnas. -----

-----Quando falta a coragem para assumir a própria história, a identidade política, falta também o carácter, carácter político e identidade partidária. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Partido Socialista, responsável direto pelo estado a que chegou Portugal na justiça, na saúde, na educação, nas finanças públicas e na perda da nossa identidade, tenta agora reciclar figuras do passado como António José Seguro, outrora cuspidor, “cuspidor” pelo PS por António Costa, fingindo renovação, onde apenas existe continuidade do fracasso da linha de José Sócrates. Pior ainda, vemos partidos que se dizem alternativos e de oposição alinharem-se, direta ou indiretamente, com esse mesmo projeto socialista que empobreceu Portugal. -----

----- No futuro todos serão julgados por abrirem a porta a este socialismo, este novo socialismo que vem outra vez para esbanjar e não para gerar riqueza.-----

----- Certo que os partidos que alteram a sua coerência a cada eleição, perdem inevitavelmente a sua credibilidade e identidade, ou não fizessem parte do próprio sistema.-----

----- O maior prejudicado neste processo é o povo português, frequentemente alvo de manipulação, desinformação e propaganda. Promessas vazias, discursos emocionalmente carregados e campanhas sem conteúdo substituíram o debate político. A falta de educação política e o ruído mediático contribuem para a falta de cidadãos da vida pública, transformando-se em meros instrumentos de interesse. Uma vergonha total!-----

----- Este ciclo vicioso, incoerência política, desconfiança popular e governação sem responsabilidade só poderá ser quebrado com coragem, verdade e princípios. Portugal precisa de representantes que não se vendam, que não se vendam, que não se submetam ao sistema corrupto e coloquem o interesse nacional acima de carreiras pessoais ou partidárias. Que coloquem o interesse nacional acima das carreiras pessoais ou partidárias.-----

----- O Chega afirma-se como a verdadeira e única alternativa direta: uma força política que não compactua com a decadência moral do regime, que defende a liberdade económica, a autoridade do Estado, a justiça justa, a soberania nacional e o respeito por quem trabalha e cumpre, onde a meritocracia reina sobre as cunhas e tachos do sistema.-----

----- A solução passa por mais democracia real, mais transparência, mais responsabilidade

e menos submissão a um sistema que se afigura de prostituído, uma política prostituída.-----

-----Quanto aos ditos notáveis apoiantes de António Seguro, todos passaram pelo poder ou comem do mesmo prato. Nós, Chega, preferimos o notável povo português, aqueles que nunca estiveram no poder, nem contribuíram para a corrupção instalada, esses sim, são os nossos notáveis. --- -----

-----Abaixo o socialismo,-----

-----Abaixo a concertação e a subjugação,-----

-----Viva a Democracia, Viva a Verdadeira Direita, Viva Portugal.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Aproveito para a cumprimentar e cumprimentar todos os presentes nesta minha primeira intervenção. -----

-----Eu trouxe hoje três assuntos que gostaria de ver esclarecidos. -----

-----O primeiro é em relação à análise da consulta pública do projeto Porto Cruz, uma vez que a consulta pública ainda não tem resposta e terminou a treze de março do ano passado e, portanto, há quase um ano e, até agora, não há notícias sobre o resultado do relatório desta consulta pública, quando relembro que a consulta em relação a projeto do Espargal demorou apenas dois dias a analisar com centenas de participações. E, portanto, já aqui coloquei a questão antes, volto a colocar, uma vez que não foi respondido, nem foi respondido também por escrito, nem por requerimento. -----

-----Depois o segundo assunto. Reportar uma situação em que cidadãos e trabalhadores de turnos noturnos de Linda-a-Velha que necessitam de aceder à estação da Cruz Quebrada e, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ausência de transportes públicos adequados, são obrigados a percorrer mais de dois quilómetros a pé numa época com condições meteorológicas adversas ao longo da Estrada das Biscoiteiras, que não dispõe de passeios e apresenta uma iluminação muito reduzida, senão mesmo às escuras. E, portanto, saber se o Município já acompanha esta situação que compromete seriamente a segurança e integridade física dos peões, sobretudo em troços isolados e pouco iluminados configurando um risco que não pode ser ignorado pelo Município. Segundo julgo saber, haveria uma proposta no programa do INOV para resolver esta situação junto do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) e, por isso, questiono se já foi feito algum desenvolvimento para resolver e ultrapassar esta situação. -----

----- Terceiro assunto. Na semana passada, os deputados municipais foram convidados a visitar o edifício Fórum e, da parte do Senhor Presidente e do corpo técnico presente, houve uma grande preocupação de esclarecer os valores dos custos do edifício Fórum como se os valores que a oposição tem referido fossem diferentes dos do Senhor Presidente. E, por isso, voltamos a esclarecê-los porque são públicos, são escrutináveis e nunca é demais, e consideramos mesmo que deve ser criada uma área no site do Município com acesso aberto à informação de todas as propostas de deliberação aprovadas na reunião de Câmara desde dois mil e dez a respeito do edifício Fórum. Uma secção do site dedicada ao edifício e aos seus custos, por exemplo, na secção de transparência. Fica o desafio. Na data da visita o custo global do Fórum, incluindo as acessibilidades, era de setenta e cinco milhões cento e setenta mil quatrocentos e sessenta e três e cinquenta e quatro centimos, valor que inclui o projeto, a obra, a fiscalização, a certificação, as acessibilidades e todas as outras aquisições para o local. Por exemplo, a infraestrutura de rede (setecentos e cinquenta e oito mil euros); as floreiras que vimos no parque de estacionamento (duzentos mil); o parque urbano que será inaugurado em breve e que será, de facto, muito pouco um parque (duzentos e oitenta mil euros) e as telas do Salão Nobre, mais trezentos mil euros. Sem as acessibilidades, este custo é de setenta e três mil oitocentos e cinquenta setecentos e doze e

sessenta cêntimos, dos quais de obra são sessenta e oito milhões de euros. E, por isso, aqui repor os verdadeiros valores e deixar o desafio para que seja feita uma divulgação no site. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Paula Neto (INOV25).” -----

3.8. A Senhora Deputada Paula Neto (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e na sua pessoa a Mesa. --

-----Visitei o World Press Cartoon, no Palácio Anjos e devo dizer antes de mais que estava muito concorrido e tinha muita gente. Desde já convido todos os que nos ouvem a visitarem.-----

-----Receber aqui o World Press Cartoon é também um gesto político. É dizer que Oeiras não tem medo do humor, da crítica, da inteligência dos cidadãos, democrático, etc. E para que não restem nenhuma dúvida e não pareça apenas retórica, gostava de ler o que o cartunista António e dois outros responsáveis pela exposição disseram: “E bem-haja o Município de Oeiras por nos ajudar a dar-lhes visibilidade que outros querem tirar. Oeiras é um farol de inovação e progresso na Europa e na região em que se integra, pelo que realizar aqui esta exposição nos enche de alegria e orgulho. A toda a equipa e ao Senhor Presidente manifestamos a nossa gratidão, certamente partilhada por todos os cartunistas que fazem desta edição mais um grande evento de humor, de desenho, da imprensa a nível internacional”. E assinam António Antunes, Rui Paulo da Cruz e Pedro Pereira da Silva. Então, os trabalhos que vemos nesta exposição abordam questões absolutamente pertinentes e dos nossos dias: as lideranças políticas a que assistimos, as desigualdades, a inteligência artificial, etc. Portanto, a exposição internacional que está ali no Palácio Anjos é uma afirmação clara dos valores da liberdade, da democracia, do pensamento crítico, do pluralismo e da maturidade democrática. -----



g

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E é em nome dessa maturidade democrática que a artista Graça Morais inaugurou uma exposição no Palácio Anjos, um painel de azulejos evocando a memória dos homens e das mulheres que estiveram presos em Caxias, afirmando a importância da liberdade e a importância da memória. Dia vinte e nove é a apresentação pública, portanto, seria interessante os senhores deputados lá estarem. -----

----- E, já agora, gostava de fazer uma sugestão e a sugestão tem a ver com uma loja museu para Oeiras, e parece-me que o Palácio Anjos é o destinatário ideal. Eu sei que a cultura não é o que mais interessa, toda a gente sabe, nós não somos um país habituado nem à arte, nem à cultura, nem à articulação com a política, mas finjam... O Palácio Anjos é o destinatário ideal. As lojas são um museu estratégico, portanto, não são um espaço só de comércio. São um prolongamento da experiência da visita, um espaço de mediação cultural e ainda há aqui uma dimensão muito concreta e muito clara que não podemos ignorar, são um instrumento sustentabilidade e, muitas vezes, geram receita própria. Apoiam edições, apoiam criadores locais, apoiam designers. Portanto, quando uma loja aposta em produtos bem pensados, sustentáveis, eticamente produzidos, etc., também promovem a economia criativa local. Por isso, valorizar as lojas dos museus é dar continuidade também à experiência, e nós não temos uma loja de museu suficientemente interessante no nosso Concelho e Algés, até pela sua localização, seria o destino ideal, provavelmente. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende responder às questões que foram colocadas por algum dos senhores deputados?” -----

3.9. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Pretendo sim, Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores

Deputados. -----

-----Permitam-me começar pelo fim, pelo World Press Cartoon, que é talvez, na especialidade, o concurso mais importante do mundo sobre sátira e cartunismo político. Portanto, a associação desta matéria à liberdade é um dado objetivo. Dizer que nas palavras do António é interessante.... Permitam-me dizer-vos isto: tantas vezes nós nos sentamos nesta bancada e ouvimos Vossas Excelências a classificar-nos de formas que não nos revemos e, depois, vemos pessoas como o António, que é um indivíduo a salvo de qualquer suspeita... A salvo de qualquer suspeita, criou o prémio mais importante de cartunismo do mundo. Quem não conhece a exposição creio que devia conhecer, tal as geografias que abarca e as temáticas que toca. Mas depois somos confrontados com as questões de falta de transparência, de Democracia. Ainda há pouco acusavam este desgraçado Vice-Presidente de ser populista nas respostas, portanto, o que depois nos deixa satisfeitos é de onde pode vir alguma imparcialidade, o comentário é este. Há poucas semanas falava aqui da forma como a AtlasEdge elogiou globalmente a condução do seu processo de licenciamento pelo Município de Oeiras, que é uma multinacional de referência na área. A forma como o António aborda e fala do processo da Câmara só fico feliz, mas depois começo a pensar, de facto, depois ouvimos alguns comentários e estranhamos, como aquele que nos foi trazido aqui pelo Deputado do Partido Socialista. -----

-----Ora, ao longo deste processo, o Presidente da Câmara de Oeiras chegou a elogiar várias vezes um Governo do Partido Socialista, porque foi o primeiro, o Governo do Engenheiro José Sócrates, que assumiu que aquilo era uma obra numa ribeira que passava por vários municípios, portanto, de uma esfera superior ao Município de Oeiras. Eu nem sequer consigo perceber como é que trazem o tema, eu pensei que estava estabilizado. Pensei que estava estabilizado. Houve um Governo que assumiu isto, lamentavelmente esse Governo caiu, depois vieram outros Governos que não fizeram nada e, finalmente, houve uma ministra que esteve à altura das circunstâncias. Esteve à altura das circunstâncias, assumiu a responsabilidade. Assumiu a sua responsabilidade, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

simples isto, é só assumir responsabilidade. Nem sequer percebo onde é que está o ganho político da oposição falar sobre isto. A extrema-esquerda tentou falar isto durante o mandato todo anterior, a população já toda percebeu isto. O Partido Socialista que, em tempos, tinha sido o primeiro Governo que assumiu a importância da obra... E perdoem-me, não estou a fazer assessoria política, podiam assumir, assumir o reconhecimento disso pelo partido noutro tempo, mas gostem eu não, depois não cumpriram. Não cumpriram, foram incapazes de cumprir. A visita, ou o comportamento da ministra atual tem paralelo com a visita da ministra Mariana Vieira da Silva que fez lá na sequência das cheias, só que enquanto esta ministra esteve à altura das circunstâncias, resolveu o problema e encaminhou o assunto, na visita da então ministra Mariana da Silva não houve consequências. Gostem ou não, esta é a verdade dos factos. Nós não estamos aqui, nem estamos aqui a elogiar, não vale a pena elogiar Governos ou partidos, porque já todos passaram por lá, os vários partidos, e ambos, em determinado período, não estiveram à altura e não cumpriram. E o Partido Socialista também sabe muito bem que parte da intervenção que tem de ser feita nem sequer é no território do Município de Oeiras. E sabem isto, é público. Portanto, nem sequer consigo perceber onde é que está o ganho, mas façam como entenderem melhor. -----

----- A questão do trânsito frente ao Oeiras Parque. A questão é relativamente simples. Naquela passadeira frente ao Oeiras Parque sucederam-se casos de atropelamento. O que se pretendia era reduzir a velocidade e passar a haver menos problemas de atropelamento para não termos nenhum azar maior, do que atropelamentos em que as pessoas se ferem. Um dia podíamos ter um azar maior, procurou-se garantir maior segurança com isso. Naturalmente que aumentou o trânsito, mas aumentou o trânsito porque antes não se cumpriam os limites e houve uma série de problemas. -----

----- Quanto àquilo que nos foi trazido pelo Deputado do Chega. Senhor Deputado, não querendo entrar muito na matéria, vou lhe dizer vários nomes: Henrique de Freitas, foi Deputado do Chega, foi Secretário de Estado da Defesa e foi Secretário de Estado da Cooperação. Os vossos

dois eurodeputados, um deles foi embaixador da república, o outro foi deputado do Partido Social Democrata no mandato anterior. O vosso líder do Partido foi vereador na Câmara de Loures, é um cargo executivo. Portanto, é um bocadinho difícil..., ou a sua origem partidária, nem quero falar sobre isso. É um bocadinho difícil fazer esse discurso todo, mas continue, continue, já ninguém se surpreende. -----

-----Nas questões trazidas pela Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), dizer apenas que a Estrada das Biscoiteiras ainda que esteja dentro da competência do IPDJ, o Município de Oeiras já tem um projeto para melhoria daquela estrada, que vai executá-lo tão cedo quanto possível. --- -----

-----E é só, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Não havendo mais nenhuma intervenção.... Pretende usar da palavra?” -----

3.10. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, só para responder aqui ao Senhor Vice-Presidente. Eu falei em notáveis, logicamente os notáveis são aqueles que estiveram no poder, Paulo Portas e companhia. Agora, estar a comparar vereadores, estar a comparar deputados municipais, quiser dizer, esses nunca estiveram no poder em si, nunca governaram o país em si. Agora foi uma explicação muito pouquinha do Senhor Vice-Presidente. Agora, há uma coisa que eu concordo consigo, realmente concordo consigo. O PS e o PSD já estiveram no poder e não fizeram peva. Mais uma razão para darem uma oportunidade ao Partido Chega. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Pretende usar da palavra? Faz favor.” -----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora Presidente. -----

----- É para efeitos de um requerimento. É para que não restem dúvidas, aproveito então para requerer que sejam dadas cópias de todas as propostas de deliberação relacionadas com custos do edifício Fórum aos senhores deputados, porque isso sim prova os custos e não os discursos propagandísticos que ouvimos na passada semana. -----

----- Requeiro ainda que, no mandato vinte e cinco a vinte e nove e até ao final da obra, nos sejam remetidas cópias das propostas de deliberação e seus anexos referentes a revisões de preços do edifício Fórum sejam de obra, ou de outras aquisições. Entregaremos na Mesa a lista das referências destas propostas de deliberação para facilitar o trabalho. Em relação ao projeto são dezassete deliberações. Em relação à obra são quarenta e quatro deliberações. Em relação à fiscalização são quatro deliberações. Em relação a outras aquisições de bens e serviços são treze deliberações e acessibilidades, quatro deliberações. Faremos chegar o número de todas elas para que sejam remetidas a todos os deputados. -----

----- Muito obrigada.” -----

3.12. A Senhora Presidente da A.M. solicitou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, deverá formalizar por escrito, transformando esse requerimento oral em requerimento escrito.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Formalizarei já por email. Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente?” -----

3.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, dizer apenas ao Senhor Deputado do Chega que quando o Doutor Paulo Portas era Ministro da Defesa, o Secretário de Estado da Defesa é o ex-deputado do Chega

Doutor Henrique de Freitas. E ex-membro do Chega. -----

-----Senhora Presidente, dizer apenas, sair em defesa dos técnicos do Município mais uma vez, porque a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) veio fazer acusações sobre a informação dada pela diretora municipal das obras, o que é muito lamentável. Na visita que foi realizado ao novo edifício administrativo do Município de Oeiras, a senhora diretora municipal informou do estado do custo do município até agora, do investimento no edifício e, ao que parece, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) sente-se desconfortável com os factos, e vem mais uma vez atacar os serviços do Município. É lamentável este comportamento recorrente, recorrente do Evoluir Oeiras, sempre atacando os técnicos do Município, sempre atacando os dirigentes do Município e sempre atacando o trabalho que estes fazem em favor dos munícipes de Oeiras. -----

-----Senhora Presidente, eu agradecia...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, não entre em diálogo com o Senhor Vice-Presidente, que está a usar da palavra. Pode discordar, mas não entre em diálogo. Sim senhor, pode fazer apartes, mas não entre em diálogo direto.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Senhora Presidente, dizer apenas que eu percebo o incómodo dos deputados... Lá está, a falta de educação permanente, mas tudo bem. O incómodo dos deputados do Evoluir Oeiras quando são expostos perante a forma deselegante como tratam os dirigentes e os funcionários do Município de Oeiras, que é recorrente. Recorrente. No caso, uma diretora municipal expôs os custos do edifício, expôs a razão de ser dos acréscimos em função das revisões legais de preço, no entanto, chegamos à Assembleia Municipal e, mais uma vez, assistimos a um ataque vil do Evoluir Oeiras aos funcionários do Município. -----



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada já esgotou o seu tempo. Está vermelho como já vimos.”-----

3.14. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

----- “É para um esclarecimento, Senhora Presidente. Ao abrigo do Regimento, é o artigo cinquenta e três. Será muito rápido, Senhora Presidente. -----

----- Precisamente para não entrar neste tipo de discurso populista do Senhor Vice-Presidente é que eu pedi para ser dado conhecimento a todos os deputados, de todas as deliberações, para que os deputados possam fazer as contas e verificar que os números que foram apresentados lá não são os valores corretos. E, portanto, prova, Senhor Vice-Presidente, está nos documentos que eu estou a solicitar.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada..., muito obrigada.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “E já agora, no Regimento os requerimentos não têm resposta, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, muito obrigada.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Vice-Presidente quis esclarecer que os documentos estão no Salão Nobre Digital.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio, mas dado que o fez

com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado? Diga, diga. Faz favor.” -----

3.15. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é só para mencionar que é estranho. Os partidos políticos todos casaram-se com o PS, apoiam o PS, mas, depois, vêm para aqui todos com zaragatas. Dá-me ideia de que este casamento político, de todos eles, vai dar mau resultado. Quer dizer, tudo apoia agora a mesma linha de pensamento, mas depois andam aqui nesta Assembleia com estes zig-zag's, ofendem ali o Senhor Vice-Presidente. Ali a extrema-esquerda, como sempre, a falar mal, portanto dá-me ideia de que este casamento político não vai ter grande sucesso. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Pediu a palavra o Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25). Peço silêncio na sala. Pediu a palavra o Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25), faz favor.” -----

3.16. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, oieirenses. -----

-----Era só para pedir ao Senhor Deputado do Chega, eu presumo que ele saiba ler, é só pedir-lhe que, por favor, leia um bocadinho. É que o que está em causa no tema base sobre o qual fez uma intervenção, sobre o qual interveio, é presidência da república. É presidência da república. Eu sei que o seu chefe, seu deles, chefe, ainda não percebeu isso também. Pensa que está a concorrer a primeiro-ministro. Mas é bom que ele perceba, porque senão, a única coisa que ele faz é lembrar-nos aquela velha anedota do automobilista que liga muito preocupado para a esposa, porque vai na autoestrada e vêm todos, todos, todos os automóveis em contramão. -----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- Disse, Senhora Presidente.” -----
- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----
- “Muito obrigada. -----
- Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Peço desculpa, terminou o seu tempo, já não tem tempo...” -----
- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----
- “Desculpe, defesa da honra. Não, desculpe, faltaram-me... Estão-me aqui a chamar aqui analfabeto, Senhora Presidente, tenho de responder...” -----
- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----
- “Senhores deputados... Peço desculpa...” -----
- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----
- “Senhora Presidente...” -----
- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----
- “Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----
- 3.17. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte:-----
- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----
- Para lembrar o Holocausto. Seis milhões de judeus e milhões de outras vítimas do ódio nazi. Recordar é um dever para defender a dignidade humana e nunca permitir que o racismo volte a vencer. -- -----
- Obrigada.” -----
- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----
- “Obrigada, Senhora Deputada.-----
- O Senhor Deputado diz que quer defender a sua honra?” -----
- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) respondeu o seguinte: -----
- “Claro, com certeza, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.”-----

3.18. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

-----“Senhora Presidente, o Senhor Deputado Balcão Vicente (INOV25) menciona que é historiador, mas é um contador de histórias. Não passa de um contador de histórias. E quero lhe dizer aqui o seguinte: é que eu não lhe admito que faça insinuações da minha pessoa de analfabeto, porque senão também vai ter uma resposta que não vai gostar. -----

-----Aquilo que eu lhe quero dizer é apenas e só isto, Senhora Presidente. Nós estamos aqui a debater política e neste Período Antes da Ordem do Dia podemos trazer aquilo que nós bem entendemos. O Senhor Balcão Vicente (INOV25) já falou da Ucrânia, já falou de outros sítios fora de Portugal e nunca teve este pensamento. Agora está aqui a falar pelo facto de eu ter falado..., posso falar aquilo que eu quiser. Portanto, eu agradeço que o próprio leia o Regimento porque, sinceramente, está cá há trinta anos, ou quarenta anos, e parece que está cá há um dia. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, pronto, muito obrigada. -----

-----Penso que poderemos passar ao Período da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação do Relatório Final da Petição - “Instalação de um novo poste de alta tensão na intersecção da Rua Alice Ogando e a Rua Manuel Mendes em Cacilhas de Oeiras – Cooperativa de Habitação – CHEO desde 1976”, nos termos do artigo 66, N.º 8, do Regimento (os documentos relativos a esta Petição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “É este o tema que temos, é o ponto número um da nossa Ordem de Trabalhos. Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos, que é esta apreciação do relatório? Alguém se inscreve? Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Hoje, na apreciação em plenário da petição relativa ao impacte da instalação de um novo poste de alta tensão em Cacilhas de Oeiras, reiteramos a posição que a CDU tem vindo a assumir. --- -----

----- Uma vez mais, saudamos a iniciativa, empenho e perseverança dos peticionários, bem como a sua postura de respeito, de disponibilidade e de cordialidade em todas as interações que tiveram com a Assembleia Municipal. -----

----- Sublinhamos que o que está em causa é o princípio da salvaguarda da saúde pública e que, pelo decreto-lei número onze/dois mil e dezoito, as autoridades públicas devem mobilizar todos os meios para esse objetivo. -----

----- A intervenção que, entretanto, se concretizou, decorre de operações urbanísticas que careceram de projeto, licenciamento e autorizações administrativas. É com esses instrumentos que se faz cumprir a lei, nomeadamente os afastamentos a edificações e a definição de soluções compatíveis com a saúde pública. Naturalmente há encargos que são devidos às diversas entidades envolvidas e aos promotores privados. Mas não nos esqueçamos que, com estas operações urbanísticas, também há proveitos significativos e certamente muitas mais-valias. -----

----- Nesta, como em todas as situações, o interesse público deve prevalecer perante o interesse privado individual. -----

----- Na Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território propusemos que se fizesse um levantamento exaustivo de todas as etapas do processo identificando as entidades, decisões tomadas, responsáveis técnicos e/ou políticos e respetivas datas, para se obter uma visão

cronológica e transparente de tudo o que culminou na implantação dos novos postos de alta tensão.

-----Neste quadro, não podemos de fazer uma avaliação negativa do modo como a Câmara Municipal conduziu o processo, sobretudo pelo modo ambíguo, nem sempre disponível e muitas vezes contraditório, como foi respondendo, não só as solicitações dos peticionários e munícipes, como às questões colocadas em sede da Comissão. -----

-----Em vésperas de eleições, as respostas foram furtivas e, novamente, contraditórias com o que veio a acontecer - que a intervenção de realocização não avançaria. Avançou. -----

-----Perante a oportunidade de travar a obra no resultado de providência cautelar, mais uma vez, por ação ou inação, não foram tomadas, por parte da Câmara Municipal, todas as diligências que pudessem obstar ao seu avanço. -----

-----Hoje, com os factos consumados e com as linhas de alta tensão a passar sobre espaços residenciais, da parte da CDU mantemos o compromisso de continuar a pugnar pelo enterramento urgente da linha e pela responsabilização da Câmara Municipal, da E-Redes e dos promotores das operações urbanísticas na sua concretização, mantendo o acompanhamento regular da situação. -

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor. E Senhora Deputada Anabela Brito (IL) de seguida.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

-----Reiteramos hoje a denúncia de um processo profundamente marcado pela falta de transparência, pela desresponsabilização política e pelo desrespeito pelas decisões judiciais no caso de Cacilhas de Oeiras. -----



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No passado dia quinze de outubro, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra admitiu liminarmente a providência cautelar destinada a travar o desvio da linha aérea de alta tensão de Trajouce Figueirinha. Pouco depois, a onze de novembro, trouxemos novamente este assunto a esta Assembleia, confrontados com um facto gravíssimo: o urbanizador concluiu a obra depois de notificado da ordem de suspensão, num claro atropelo à justiça e às instruções do próprio Município. -----

----- Importa recordar a cronologia. O promotor tinha pleno conhecimento da existência da linha desde que adquiriu o terreno, em dois mil e sete. Em dois mil e vinte e um, esta Câmara aprovou o loteamento impondo, de forma expressa, o enterramento da linha. Em dois mil e vinte e dois, porém, recuou e autorizou um desvio aéreo, apresentado como provisório. Como consta da Ata vinte e seis desta sede, os moradores de Cacilhas confrontaram-se com a surdez de um Município que ignorou a sua própria deliberação. -----

----- Mais grave ainda foi a postura deste executivo quando questionado sobre as suas responsabilidades. Perante perguntas objetivas sobre a instauração de um auto de contraordenação e sobre medidas concretas para proteger os moradores, o Senhor Vice-Presidente declarou (está em Ata) que o Município é “externo a esta questão”. Esta afirmação não é só politicamente evasiva; é juridicamente insustentável. A Câmara Municipal de Oeiras é o órgão com competências próprias de fiscalização e sancionamento urbanístico no seu território. -----

----- Não é aceitável, pois, que perante o incumprimento de uma ordem de suspensão, o executivo se demita das suas funções e remeta tudo para os tribunais. Não é aceitável que um compromisso vago da E-Redes, sem prazos nem garantias, sirva para normalizar uma situação ilegal e potencialmente lesiva da saúde pública, risco esse já reconhecido em despachos internos da própria Câmara. -----

----- Por isso, exigimos uma resposta clara e mantemos a nossa posição que sempre tivemos: a segurança, a legalidade e a saúde dos cidadãos, estão sempre primeiro. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Tem a palavra a Senhora Deputada Anabela Brito (IL).” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Esta petição é mais do que um protesto contra a instalação de um poste de alta tensão. É um sinal inequívoco da maturidade democrática e cívica dos cidadãos de Oeiras que estão atentos, são exigentes e não hesitam em defender os seus direitos. Para a Iniciativa Liberal esta petição expõe três falhas graves na atuação do poder público. A falta de transparência, o desrespeito pelos direitos individuais e a ineficiência da ação administrativa. -----

-----A transparência é o mínimo elegível numa democracia moderna. O Município não está acima da lei, não pode atuar como se estivesse dispensado de prestar contas. Quando a Comissão solicita documentação técnica essencial e essa documentação não é entregue, não estamos perante um lapso administrativo. Estamos perante uma falha séria de governação e um sinal político preocupante. O Executivo não está a reconhecer, na prática, a autoridade fiscalizadora da Assembleia Municipal. Sem informação, não há escrutínio; sem escrutínio, não há legitimidade e sem legitimidade, não pode haver confiança pública. -----

-----Quanto aos direitos individuais, o Estado não pode impor custos privados. A instalação de uma infraestrutura desta natureza num bairro residencial consolidado tem impactos diretos no valor das propriedades, na qualidade de vida e no sentimento de segurança dos moradores. Quando uma decisão administrativa desvaloriza património privado, sem compensação, sem consulta e sem alternativas estudadas, estamos perante uma violação do princípio fundamental de respeito pela propriedade. E é isto que os moradores denunciam: um processo opaco, unilateral e com consequências reais para quem vive naquele bairro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Temos um problema de eficácia, pois o provisório pode tornar-se permanente. A solução apresentada - enterrar a linha dentro de três anos - não é uma solução. É uma promessa sem calendário, sem projeto, sem garantias. Sabemos quando se instala, ou melhor, já está instalado, mas não sabemos quando sairá, nem se sairá. Se existe tecnologia, se existe concordância da E-Redes, se existem exemplos no próprio Concelho onde as linhas já estão enterradas, então, não há razão para manter uma infraestrutura que acarreta riscos para a saúde no meio de um bairro habitado. Será que existe igualdade territorial? Cidadãos de primeira e de segunda? Os peticionários compararam o seu caso com outros onde a linha está enterrada, e essa comparação levanta uma questão política séria. Por que razão alguns bairros merecem soluções modernas e os outros recebem soluções provisórias? Esta perceção de desigualdade territorial cria desconfiança no Executivo e põe em causa a coesão do Concelho. O que os cidadãos pedem é razoável, legítimo e democrático. Os trezentos e trinta e sete peticionários pedem apenas aquilo que qualquer cidadão deve poder exigir ao seu município: transparência total, esclarecimento técnico independente, consulta pública verdadeira e avaliação das alternativas. -----

----- A Iniciativa Liberal pergunta: por que razão a documentação técnica solicitada pela Comissão não foi entregue até hoje? Existe estudo de impacto ambiental ou parecer técnico independente que avalie esta instalação? Existe um cronograma formal ao contrato que garanta o enterramento da linha dentro dos três anos anunciados? -----

----- Esta Assembleia tem a responsabilidade de estar à altura dos seus cidadãos que representa pedindo respostas claras, documentação completa e decisões fundamentais, porque os cidadãos não são meros destinatários das decisões públicas, são parte ativa da construção do território onde vivem e merecem ser tratados com respeito, transparência e responsabilidade. ----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Meritíssima Doutora Maria do Rosário Barbosa, Presidente da Assembleia, Doutor Miller, Doutor Custódio, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, excelsos munícipes e a quem nos ouve. -----

-----A bancada do INOV não se furta aos momentos difíceis. Estamos cá para apoiar o nosso Executivo nos momentos fáceis, nos menos fáceis e nos mais difíceis. Mas queria começar por dizer “a talhe de foice”, com muito respeito à Senhora Deputada Anabela Brito (IL) que não é nada disso que os moradores querem. O que os moradores querem é enterrar a linha de alta tensão. Isso é o que eles querem. Não querem partidarite, não querem andar atrás de votos. O que eles querem, e com muito direito, é enterrar uma linha média, ou de alta tensão. E isso vai acontecer no prazo de três anos. -----

-----Agora, há questões aqui que são, de facto, importantes, e que nos competem a nós olhar para elas. Eu devo vos dizer que li os documentos de fio a pavio. Todos. -----

-----Em primeiro lugar, um respeito total pelos peticionários que aqui estão. Quando centenas de pessoas se organizam para um fim que não é fazer política partidária - estão a exercer cidadania ativa, a pedir esclarecimentos e garantias. E não precisaram de nenhum Provedor do Município. - -----

-----Em segundo lugar, é importante afirmar com rigor institucional que a responsabilidade técnica e operacional da infraestrutura e da gestão da rede elétrica é da E-Redes, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). E provavelmente a E-Redes tem alguém nomeado pelo PS ou pelo PSD desde que existiu. Já para não falar dos problemas que eu aqui levantei na anterior intervenção sobre a regionalização, como dos carros elétricos e por aí fora. São os pequenos poderes. Senhores cidadãos peticionários, este é um caso taxativo de como a regionalização faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falta. -----

----- As competências não podem ser, no entanto (que são da E-Redes), um argumento para a ausência de respostas. O Município pode não ser o titular (não é de facto) da infraestrutura; porém tem de ser o garante da defesa do interesse público, da proteção da qualidade de vida, do dever de informação e do acompanhamento deste processo. -----

----- Neste caso, há três exigências que devem ficar claras: -----

----- Primeira: transparência e informação. Que projeto é este, que atos foram praticados, que pareceres existem, que autorizações foram emitidas, e o que foi comunicado aos moradores e em que momento. -----

----- Em segundo lugar, o princípio da precaução e confiança pública. Não se trata de alarmismo; trata-se de assegurar que todas as formalidades legais foram cumpridas e que a solução encontrada, e volto a repetir, aquela rede tem de ser, e digo-vos olhos nos olhos, isso foi um mérito do Executivo, nomeadamente do Senhor Vice-Presidente, aquela linha tem três anos para ser enterrada, sendo que essa solução encontrada é a melhor, protege as pessoas e o território. -----

----- Em terceiro, uma solução definitiva de calendário. De facto, isso não se encontra. Foi transmitida à Comissão uma concordância da E-Redes para enterrar a linha de alta tensão num horizonte de três anos, mas sem data específica e dependente do lançamento de procedimentos. Três anos sem marcos e sem agendas é apenas intenção, mas os munícipes e os interessados, neste caso, precisam de respostas, prazos, garantias e prestação de contas. -----

----- E termino com uma ideia simples: em Oeiras não se empurram os problemas para cima nem para baixo. Se a competência operacional é da E-Redes, então a Câmara e esta Assembleia, nós deputados, devemos usar todo o seu peso institucional para exigir a documentação, o cronograma, pontos de situação e, se necessário, uma reunião formal com a E-Redes com o compromisso público perante a população. -----

----- É assim que se protege a confiança: com serenidade, com firmeza e com soluções. ---

-----Mas já agora, Senhores Deputados, não podia deixar de dizer isto, são os factos relevantes, isto são factos, não se discutem. -----

-----Esta petição deu entrada a cinco de julho; o Senhor Rogério Magalhães é o seu primeiro subscritor, tem mais trezentos e trinta e sete. -----

-----Os peticionários, como disse, invocam o princípio da precaução e vária legislação.---

-----Os peticionários pedem a suspensão imediata dos trabalhos até à divulgação pública do projeto; consulta pública efetiva; estudo de impacto ambiental ou parecer técnico. -----

-----Houve uma audição dos peticionários a dezoito de setembro onde foi afirmado pelo peticionário que “o projeto é ilegal”; foi referida pela Vereadora Joana Batista a ideia de solução provisória até enterramento, e foi dado o exemplo da linha da Figueirinha que está enterrada. ----

-----Nessa audição foi assegurado que seria pedida documentação para análise e a Comissão refere que essa documentação ainda não foi entregue. -----

-----Em reunião com o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, a dois de outubro, foi transmitido a concordância da E-Redes para enterrar a linha “durante os próximos três anos”, sem data específica, no entanto, sendo necessário lançar procedimentos. -----

-----Portanto, nós estamos aqui para ajudar, para resolver e a fazer tudo o que podemos fazer e, neste caso do lado bancada, é apoiar o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, e dizer aos peticionários (e eu já estou em Oeiras há muitos anos), aquela linha estava lá antes de aparecerem casas. Este processo é opaco, mas podem contar com toda, toda a força do Doutor Isaltino Moraes para resolver as vossas preocupações. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A Evoluir Oeiras entende que, em todos os futuros casos de análises de petição, é necessário que seja efetuado um enquadramento da situação antes da discussão dos deputados. E, portanto, entendemos que todos devem estar a par das razões da apresentação das petições, da legitimidade e dos procedimentos que foram tidos por parte da Assembleia, e se foi cumprido ou não o Regimento. Isto porque evitaria que os discursos dos vários deputados tivessem de fazer esse enquadramento para se perceber a discussão. E isso é muito relevante para que, no final de cada ponto, o principal possa ocorrer que é que esta Assembleia discuta verdadeiramente o assunto e tome decisões que, de facto, tenham o seu impacto na vida dos cidadãos e que reponham a justiça.

----- Neste caso, os munícipes que saudamos moveram-se pelo facto de estar em causa o desvio de postes de alta tensão de uma linha que já era existente, isso nunca foi colocado em causa, mas é numa zona consolidada em que os postes estavam a ser movidos para mais perto das casas e, portanto, mais prejudicial. -----

----- Entregaram uma petição na Câmara Municipal que nada fez à mesma, é bom de lembrar, que ainda não foi aqui referido e, depois, os moradores entregaram a petição também aqui nesta Assembleia Municipal em julho de vinte e cinco, e lamento que só hoje esteja em discussão. Acompanhamos este processo desde o início e estamos com os moradores também desde o início. Fomos ao local, falámos na Assembleia, fizemos várias questões aqui, solicitámos documentação por requerimento que também nunca foi enviada e documentação essencial para o processo que não foi enviada, nem ao Evoluir Oeiras, nem à Comissão que várias vezes a solicitou. Se a Câmara não presta contas à Assembleia, como pode-se exigir confiança aos cidadãos? -----

----- Não irei referir-me à cronologia, porque a Deputada do PS Alexandra Tavares de Moura já o fez, mas vou referir-me às duas Comissões, ao trabalho das Comissões. A Comissão ouviu, de facto, os peticionários e também ouviu o Senhor Presidente que felizmente, está cá hoje, e vou ter muito prazer em ouvi-lo. Disse várias vezes na reunião que a Câmara Municipal chegou

a acordo foi a E-Redes para o enterramento da linha de alta tensão no prazo de três anos. Quando questionado sobre o que aconteceria aos postes, entretanto, enquanto isso não acontecia, foi afirmado na mesma reunião da Comissão que estes não seriam desviados. Não seriam desviados. Nesta altura já a providência cautelar estava em curso e, portanto, o que é que aconteceu aqui? --

-----Primeiro. Porque é que foi autorizada esta intervenção, quando havia recomendações técnicas da própria Câmara Municipal para o enterramento da linha? Estas obras carecem de autorização da Câmara, sem a Câmara não seriam realizadas e, portanto, o Senhor Deputado Viegas (INOV25) afirma que está aqui para ajudar a Câmara a resolver as situações, as situações que a própria Câmara cria. Não tivessem autorizado, não estava lá desviado o poste. E, portanto, perguntar porque é que este desvio foi efetuado para viabilizar a construção de outro empreendimento e que critérios justificam esta decisão, quando havia pareceres técnicos da Câmara a referir o enterramento. -----

-----Segundo. Por que motivo se ignoraram esses pareceres técnicos que existiam na Autarquia? -----

-----Terceiro. Porque é que foi efetuada a movimentação dos postos quando tinha sido afirmado que não seria? O Senhor Vice-Presidente mentiu aos deputados? -----

-----Quarto. O que está a Câmara a fazer para que esta situação seja agora regularizada e a linha seja enterrada? Este caso revela um padrão preocupante: decisões que são tomadas sem participação pública, contradições entre o discurso político e a prática administrativa e uma clara hierarquização dos interesses privados acima do interesse coletivo. Não estamos a discutir apenas um poste ou três postes, estamos a discutir o modelo de governação do território de Oeiras e, por isso, exigimos transparência total do processo e entrega dos documentos que ainda não foram entregues. Reavaliação técnica urgente independente do traçado que foi aprovado e o enterramento efetivo da linha, no mais curto espaço de tempo possível. Não três anos. A Assembleia deve hoje deliberar - e isso cabe-nos a todos nós, caros colegas deputados - instar a Câmara Municipal a



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

resolver junto da E-Redes o enterramento imediato da linha. Cabe-nos a nós, senhores deputados, é uma questão de justiça, aquilo que foi feito não é legal. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros Deputados, senhores Peticionários. -----

----- Hoje discutimos uma petição, com cerca de trezentas e trinta e sete assinaturas, mas com uma enorme importância para o município de Oeiras e para os seus moradores. -----

----- Este ponto da Ordem do Dia não é verdadeiramente sobre postes. Não é sobre um cabo elétrico. É sobre pessoas. Pessoas que vivem há décadas em Cacilhas de Oeiras e, de repente, perceberam que alguém decidiu por elas que uma linha de alta tensão iria passar junto às suas habitações. Sem diálogo, sem explicações claras e sem respeito. -----

----- As declarações do primeiro peticionário, o senhor Rogério Magalhães, não são exageros nem nenhuma dramatização. São o retrato cru de uma realidade que o CHEGA tem vindo a denunciar repetidamente: a sensação de impunidade e o abandono à população por parte deste executivo. -----

----- Neste processo não houve diálogo efetivo entre os moradores, a E-Redes e a obra. Houve silêncio. Houve um empurrar de responsabilidades. Houve instituições que deveriam estar ao serviço das pessoas, mas acabaram por fechar-se sobre si próprias como se não tivessem de prestar contas a ninguém. -----

----- Senhora Presidente, quando cidadãos têm de recorrer a uma petição para serem ouvidos, significa claramente que o sistema falhou. -----

-----Mais grave ainda são os indícios, e sublinho bem a palavra indícios, de que este projeto pode não cumprir a lei. Existem dúvidas legítimas quanto às regras de avaliação de impacto ambiental, quanto ao direito à qualidade de vida e à proteção da saúde e às normas urbanísticas que existem precisamente para proteger quem vive próximo de infraestruturas de alta tensão. Isto não é alarmismo. Isto é prudência. E ignorar estas preocupações não é neutralidade, é irresponsabilidade política. -----

-----Nestes casos, há um princípio que devia ser óbvio para qualquer autarquia que se diz séria: o princípio da precaução. Quando existem dúvidas sérias sobre impactos ambientais ou sanitários, não se deve acelerar. Pára-se, esclarece-se e protege-se. Tudo o resto é empurrar o problema para cima de quem não tem o poder para se defender. -----

-----Depois anuncia-se afinal que a linha será enterrada... daqui a três anos. Três anos. E a pergunta que os moradores fazem é simples e legítima: porquê três anos? Porque não já? Essas promessas são tardias, soam mais a uma tentativa de ganhar tempo do que a uma solução séria. A população não é ingénua e o CHEGA não aceita esse tipo de justificação. -----

-----É também revelador que praticamente todas as forças políticas aqui representadas reconheçam a gravidade da situação, com a exceção do movimento INOV, liderado por Isaltino Morais. Isto mostra que não estamos perante um capricho político, mas perante uma preocupação real, transversal e fundamentada. -----

-----Mais grave ainda é saber que, mesmo perante uma providência cautelar, as obras continuaram. A Câmara Municipal permitiu que isso acontecesse. Isto não é neutralidade institucional. É abandono da população. É deixar os cidadãos sozinhos quando mais precisam de quem governa e permitam-me ainda mencionar que dizer que esta linha passa ao lado da casa de uma ex-vereadora que acompanhava este processo, de forma a minimizar este assunto, é no mínimo grave, intelectualmente desonesta e ridícula. -----

-----Sabemos também que as entidades envolvidas manifestaram disponibilidade para



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

encontrar uma solução. O que não vemos é a Câmara Municipal de Oeiras a assumir esse papel.

Pelo contrário, afasta-se, sacode o problema e finge que não é com ela. -----

----- Senhores Peticionários, -----

----- o Grupo Municipal do CHEGA estará sempre ao vosso lado. Do lado de quem aqui vive, de quem aqui paga os impostos e de quem só pede uma coisa muito simples: respeito e segurança. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte: -----

----- “O que hoje aqui se discute não é um debate técnico nem um conflito pontual. Está em causa uma decisão com impacto direto na saúde pública, na qualidade de vida e no direito dos munícipes a participarem nas decisões que os afetam. Os moradores de Cacilhas de Oeiras exerceram um direito constitucionalmente consagrado ao apresentarem esta petição. Fizeram-no porque sentiram que uma decisão com impacto relevante foi tomada sem informação clara, sem participação efetiva e sem transparência suficiente. A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à proteção da saúde e impõe aos poderes públicos um dever de prevenção. O direito europeu estabelece o princípio da precaução, segundo o qual perante riscos potenciais para a saúde ou para o ambiente, as decisões devem ser tomadas com especial prudência, mesmo na ausência de certeza científica absoluta. -----

----- A instalação de um poste de alta tensão numa zona habitacional consolidada, levanta por isso preocupações legítimas do ponto de vista da saúde, do ordenamento do território e da justiça territorial. O que os moradores pedem é simples e razoável: informação clara,

fundamentação técnica, avaliação de alternativas e participação no processo de decisão.-----

-----Há, contudo, um aspeto adicional que não pode ser ignorado: em sede de Comissão do Ambiente foi transmitido aos deputados, e isso ficou registado em Ata que, no âmbito do compromisso de enterramento da linha de alta tensão em Cacilhas de Oeiras, não seria realizada a movimentação dos postos já existentes no bairro. Essa informação foi reiterada e criou uma expectativa legítima junto dos peticionários. O que veio a acontecer no terreno foi diferente. As obras foram interrompidas, mas retomadas pouco tempo depois, culminando na colocação do poste. Independentemente das razões que possam ter estado na origem desta sequência de acontecimentos, o facto é que a informação prestada em sede institucional não correspondeu ao que veio a acontecer, o que fragiliza a confiança dos cidadãos no processo e nas instituições.-----

-----Quando os munícipes participam, peticionam e são ouvidos em Comissão, esperam legitimamente que a informação ali prestada tenha correspondência na atuação concreta da administração. É, por isso, fundamental que esta Assembleia exija esclarecimentos claros, objetivos e completos sobre todo o processo, garantindo transparência, respeito pelos direitos dos cidadãos e defesa efetiva da qualidade de vida das populações. Decisões com este impacto têm de ser transparentes, fundamentadas e participadas. É isso que os peticionários exigem e é isto que esta Assembleia não pode deixar de assegurar.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Mais ninguém? Então eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar, querendo.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Duas ou três notas apenas, porque o processo é longo e é conhecido de todos.-----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um. A informação dada em sede de Comissão era aquela que o Vice-Presidente tinha à data. -----

----- Dois. Não houve nenhum desrespeito por decisões de tribunais por parte do Município de Oeiras, até porque a providência cautelar tinha de ser colocada, ou estava colocada certamente para a E-Redes, porque não é o Município de Oeiras que muda ou deixa de mudar postes.-----

----- Três. E agora vou-vos dizer o terceiro ponto essencial e perguntar, se alguém me conseguir esclarecer, porque eu não consigo dar esta resposta. O que é que na lei obriga a E-Redes a enterrar aquela linha? Nada. Nada. Nada. Portanto, Vossas Excelências estais todos a apontar na direção errada. Na verdade, a E-Redes tem de enterrar as linhas, e desde já digo, naturalmente que o Município está totalmente do lado dos moradores, como está do lado de todos os munícipes, porque nós queremos o enterramento de todas as linhas que passam no Concelho. Até sempre que há infraestruturas novas do Município, que o Município faz, ou bairros novos, nós procedemos à instalação de calhas técnicas para se passarem as linhas devidamente enterradas. Porque é que eu coloquei esta questão? Porque a questão tem a ver com as regras de uma concessão dada pelo Estado. O Estado atribuiu uma concessão à E-Redes e a E-Redes coloca as linhas em função do contratualizado com o Estado. Goste-se ou não. Volto a dizer, da parte do Município de Oeiras nós queremos todas as linhas no Concelho enterradas. Todas. Ora, não está dentro da esfera do Município. Não está dentro da esfera do Município, apesar de nós pressionarmos a E-Redes no sentido, quando nos disseram que estariam, ou tentariam colocar na calendarização dos três anos, é por pressão do Município. Não é por vontade própria da E-Redes, entenda-se. É por pressão do Município de Oeiras. É por pressão do Município de Oeiras. Ainda hoje tivemos uma reunião com a E-Redes sobre vários pontos pendentes e acreditem, não é este o único ponto pendente com a E-Redes, há mais. Há mais questões a ser tratadas com a E-Redes.-----

----- Portanto, da parte do Município eu repudio totalmente a falta de informação, a falta de transparência. Pode não haver toda a informação recolhida no tempo que se pretendia por parte

dos peticionários, ou por parte até de alguns deputados municipais. Agora, da parte do Município haver alguma coisa a esconder? Os documentos do Município são por natureza públicos. Não há nada a esconder. Para terminar, queria só dizer uma coisa ao Senhor Deputado Shirley (CH) quando o ouço falar e expressa a palavra “ridículo” diverte-me. -----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Senhora Deputada Monica Albuquerque (CEO)?” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“É para um esclarecimento ao Senhor Vice-Presidente. -----

-----Lei onze/dois mil e dezoito, não sei se quer anotar para ir estudar; o regulamento um/noventa e dois; o regulamento um/noventa e dois noutro número, portanto no artigo vinte e oito e no artigo noventa e dois e, também, o decreto-lei cento e sessenta e seis/dois mil e oito, com a proximidade da linha de água e dos postes.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, a Senhora Deputada não tinha tempo para falar.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Eu disse que era para efeitos de um esclarecimento. É o artigo cinquenta.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não, se fosse para um pedido de esclarecimento..., mas a Senhora Deputada quer esclarecer. Pronto, muito bem. Ninguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: --- -----



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Pedi a palavra para esclarecer o Senhor Deputado João Viegas (INOV25), que afirmou que leu todos os documentos, que se esqueceu de ler as responsabilidades acometidas na legislação acerca deste processo. Não estava, de facto, anexo, mas fazia parte do trabalho de estudo, que pelos vistos não fez completo. -----

----- Sacudir a responsabilidade para a E-Redes foi a única forma que o Deputado encontrou para mostrar a preocupação e a capacidade de resolução do Município e do seu Executivo. Mas quero que fique absolutamente claro: a Câmara Municipal de Oeiras não pode, nem deve, furtar-se às suas responsabilidades neste processo. Foi este Executivo que aprovou o loteamento, que impôs condições claras ao promotor e que posteriormente autorizou uma alteração ao traçado da linha de alta tensão. É também da exclusiva competência do Município fiscalizar o cumprimento das suas deliberações e agir, e agir quando estas são desrespeitadas. Ao não garantir a execução das suas próprias decisões e ao não acionar de forma inequívoca os mecanismos contraordenacionais, após a violação da ordem de suspensão, a Câmara assume uma responsabilidade direta na perpetuação desta situação, fragilizando a confiança dos munícipes e colocando em causa a autoridade do Poder Local democrático. -----

----- Termino dizendo que estar ao lado dos munícipes, Senhor Deputado João Viegas (INOV25) teria significado, repito, não garantir a execução das suas próprias decisões e não acionar de forma inequívoca os mecanismos contraordenacionais, após a violação da ordem de suspensão. -----

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado José Shirlley (CH), pretende usar da palavra? Levantou primeiro a mão.”-----

----- O Senhor Deputado José Shirlley (CH) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhor Vice-Presidente da Câmara, permita-me que lhe diga que o Senhor disse que quando eu utilizo a palavra “ridículo”, o Senhor Vice-Presidente diverte-se um pouco. Deixe-me que lhe diga que fica bastante mal a um Vice-Presidente de uma Câmara Municipal dizer esse tipo de palavras e considerações de um Deputado eleito, tão eleito como o Senhor Vice-Presidente da Câmara, deixe-me que lhe diga. E também tenho a certeza absoluta de que todos os munícipes quando o ouvem, também se divertem um pouco mais. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu conheço a Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) não vou dizer há quantos anos, senão ainda pensam que já estamos na terceira idade, e tenho muito respeito por ela. Tenho mesmo muito respeito pessoal, intelectual e político. Agora, eu desconfio das suas intenções, Senhora Deputada, porque o que a Senhora Deputada efetivamente quer é tentar achincalhar este Executivo para tentar ganhar uns votinhos dos muitos que perdeu, porque o Partido Socialista - e permita-me, tenho autoridade para o dizer - está em cacos. O Partido Socialista em Oeiras, praticamente não existe. Enfim, pode ser que renasça.-----

-----Mas vamos então falar clarinho, Senhora Deputada.-----

-----O que se passa aqui, ponto um. Havia uma linha de alta tensão que existia antes de haver habitações. Primeiro ponto. Depois construíram-se habitações. E agora é que entramos, agora é que o “caldo se entorna”. O problema, Senhora Deputada, é que houve um empreendimento de luxo, quiçá, quiçá algum oligarca russo financiador do Chega até lá comprou



Handwritten mark resembling a stylized 'M' or 'J'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

algum apartamento. Quiçá, é um assunto... Como as fontes de financiamento do Chega são absolutamente opacas, o tal que está com o povo, não é?... E houve de repente, alguém com muito dinheiro que construiu e, para espanto dos moradores, que viveram ali décadas com aquela linha, como por artes mágicas, como por o tal obscurantismo dos poderes que não votados democraticamente, dos órgãos que são eleitos... Porque esta E-Redes, dizia-me aqui o Deputado da Iniciativa Liberal, “mas olhe que a E-Redes é privada”. É verdade, é chinesa, mas é um monopólio. Senhor Deputado, todos os monopólios privados têm um nome, mas não é Iniciativa Liberal, nem é liberalismo, é pior que isso. E o que aconteceu, Senhora Deputada e é isto que tem de ser esclarecido, e tem de ir até ao fim, é perceber quem, como, quando, com que dinheiro debaixo da mesa conseguiu desviar uma linha de alta tensão para vender apartamentos. Esta é a questão de fundo, e isto não tem nada que ver com a postura da Câmara. -----

----- E, para terminar, mesmo só para terminar, porque até tenho aqui ao meu lado uma colega, uma eminente jurista que se arrepiou. Senhor Deputado Shirley (CH), eu tenho o maior respeito por si, mas não venha nunca pedir a um Executivo para cumprir providências cautelares, nós não somos tribunais. Uma Câmara cumpre providência cautelar se efetivamente ela se efetivar, se transitar em julgado e, aí, todos os cidadãos... Agora, uma Câmara não é efetivamente um órgão judicial. É um órgão executivo. -----

----- Portanto, senhores deputados, isto ficou clarinho, os peticionários ouviram-nos, sabem que o Senhor Vice-Presidente está a fazer tudo o que pode. O Senhor Deputado José Shirley (CH) nunca esteve à frente de um concurso público, portanto, ele diz que se “se tape já e depois logo se vê”, não sabe o que é que é necessário para lançar um concurso público. Não tem noção, ainda é muito jovem. Nunca teve poder, só agora em Albufeira. E como temos aqui dois assessores da Assembleia da República, os tais que não têm tachos, não é, não, são os tais que não têm tachos, mas estão na Assembleia da República. Portanto, eles não sabem o que é lançar um concurso público, que leva seis meses, é um concurso público internacional, que tem regras, que pode ter

contestações, que pode ter um júri. Portanto, estas coisas levam tempo, senhores deputados. Não é uma varinha mágica. Um Presidente de Câmara não é um xerife, nem é o dono do território. Desculpem lá eu ter-me “saltado a tampa”, mas depois de tanta hipocrisia..., porque toda a gente sabe o que é que aconteceu e ninguém quer falar do assunto. A questão aqui é saber como é que foi possível desviar uma linha. Essa é a questão. Essa é a questão, senhores deputados. Essa é a questão, está bem, Senhora Deputada? -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, portanto, esta questão está esgotada, penso eu. E sendo assim.... Pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, queria só dizer duas coisas muito breves, para que também ficasse claro, porque não vá ficar a dúvida, que a Senhora Deputada do Evoluir referiu aqui a existência de legislação, como dando a entender que a Câmara Municipal tinha a possibilidade de exigir o enterramento das linhas. -----

-----Ora, de acordo com toda a legislação que consultei, a Câmara Municipal não tem poder para exigir o enterramento das linhas. E é assim que temos a lei. Já estou como o senhor ministro que dizia “se a lei está má, que se mude a lei”. Eu também não sou contra isso, mas, de facto, aquilo que neste momento se pede, e eu julgo que esta Assembleia concorda, todas as forças políticas com isso, é que a Câmara Municipal, dentro dos poderes que tem, e julgo que é isso que tem vindo a ser feito, encontre juntamente com os peticionários e juntamente com a E-Redes soluções que possam fazer com que se ultrapasse uma questão que é uma questão pesada para todos. -----

-----E, portanto, transferir o peso, o ónus, a responsabilidade de uma decisão como esta que não tem base na lei, como digo, para que a Câmara Municipal, para que com isso se atribuam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todas as responsabilidades ao Executivo Municipal, parece-me que não é correto, não é justo e não foi isso que aconteceu. E, portanto, contamos, isso é que é importante que fique claro, com todas as forças políticas nesta Assembleia Municipal para contribuir para que a melhor solução possa vir a ser encontrada e também é importante, no mais curto espaço de tempo possível. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **APRECIADO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhores deputados, sugiro que façamos um intervalo e, portanto, interrompemos por quinze minutos.” -----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

4.2. Eleição do representante das Uniãos de Freguesias | Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras a integrar no Conselho Municipal de Educação de Oeiras (os documentos relativos a esta Eleição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Vamos recomençar os trabalhos com a Eleição do Representante das Uniãos de Freguesia, Junta de Freguesia do Concelho de Oeiras, no Conselho Municipal de Educação de Oeiras. ---- -----

----- E, portanto, como está no Salão Nobre Digital e devem ter conhecimento, são indicados dois nomes, um efetivo e um suplente, Madalena Castro (Presidente da U.F. de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) como efetiva e António Lopes da Costa (Presidente da U.F. de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo) como suplente. E, portanto, vão ser distribuídos boletins de voto. Se concordarem, votam sim. Se discordarem, votam não. -----

-----Eu estive a falar Senhora Deputada, enquanto não.... É o ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos que é uma votação.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Por causa aqui da condução dos trabalhos, convinha dizer quem são os candidatos.” -

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Os candidatos já...”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“A lista, mas o nome, o nome, as pessoas...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Eu acabei de dizer e está no Salão Nobre Digital já, a lista, que foi apresentada no início desta Sessão, que é para efetivo a Doutora Madalena Castro (Presidente da U.F. de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) e para suplente António Lopes da Costa (Presidente da U.F. de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/ Dafundo), são dois elementos.”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“... não vem no boletim e não se põe o nome?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está dito e a lista está no Salão Nobre Digital e eu já disse verbalmente e, portanto, nos votos escrevem... Se concordarem põem sim, se não concordarem põem não, ou não põem nada. Portanto, são estes nomes os indicados, certo?-----

-----É assim, eu já tinha dito isto, os senhores deputados é que estavam desatentos e a conversar, não ouviram.-----

-----Senhora Deputada, eu acabei de dizer quem é o candidato efetivo e suplente e essa lista consta e está no Salão Nobre Digital. -----

-----Favor de iniciar a chamada. -----



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, o resultado da votação do nosso ponto dois da Ordem de Trabalhos, foram eleitos os indicados com vinte e quatro votos a favor, quatro contra e nove brancos, exatamente, trinta e sete votantes no universo de trinta e sete votantes, portanto, foram eleitos.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

----- Procedeu-se à chamada para efeitos de votação, por sufrágio secreto, dos Representantes das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras a integrar no Conselho Municipal de Educação de Oeiras, tendo votado trinta e dois Deputados Municipais, e cinco Presidentes de Junta e União de Freguesia, e tendo o resultado sido o seguinte: -----

----- Maria Madalena Pereira da Silva Castro (efetiva) – União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra Paço de Arcos e Caxias; -----

----- António Maria Passos Rosa Lopes da Costa (suplente) - União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo. -----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, quatro votos contra e nove votos em branco. -----

----- Esta deliberação dá-se por transcrita: -----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 6/2026**-----

----- **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS UNIÕES DE FREGUESIAS/JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE OEIRAS A INTEGRAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OEIRAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da lista apresentada para a designação do representante das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesias do Concelho de Oeiras no Conselho Municipal de Educação de Oeiras, designadamente: -----

----- Maria Madalena Pereira da Silva Castro (efetiva) – União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra Paço de Arcos e Caxias; -----

----- António Maria Passos Rosa Lopes da Costa (suplente) - União das Freguesias de

Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo.-----

-----A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, quatro votos contra e nove votos em branco.-----

-----Face à votação obtida foi deliberado designar a Senhora Presidente Maria Madalena Pereira da Silva Castro (efetiva) e o Senhor Presidente António Maria Passos Rosa Lopes da Costa (suplente) para integrar o referido Conselho.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 882/2025 – GMA – relativa à MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, quem pretende usar da palavra? Senhor Deputado Filipe (IL) faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Filipe Martins (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a Senhora Presidente e estendo esse cumprimento a todos.-----

-----Antes de irmos aos números, há algo que não pode passar sem um comentário.-----

-----Estamos em janeiro de dois mil e vinte e seis e a analisar o Relatório Trimestral do quarto trimestre de dois mil e vinte e quatro. E também estamos a analisar o Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Isto significa que estamos a discutir informação com mais de um ano de atraso. Portanto, mais que um escrutínio em tempo útil, o que estamos a fazer é um exercício de mora institucional. Ou, se preferirem, estamos no momento de contabilidade arqueológica.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Uma Assembleia Municipal não devia funcionar como um museu de relatórios. Dito isto, neste ponto, estamos a analisar dois documentos distintos: o Relatório Trimestral do quarto trimestre de dois mil e vinte e quatro e o Relatório e Contrás de dois mil e vinte e quatro. E é importante separá-los. -----

----- Começando pelo Relatório Trimestral, no fecho de dois mil e vinte e quatro vemos sinais claros de recuperação operacional de registar. A tesouraria também melhora com a caixa e os depósitos bancários a aumentarem cerca de um vírgula doze milhões de euros, permitindo até reduzir as contas caucionadas. Há, portanto, uma recuperação económica de curto prazo que registámos. Mas o Relatório e Contas dá-nos uma perspetiva estrutural: o resultado líquido passa de negativo para positivo, de assinalar também, os rendimentos totais sofrem um aumento de um vírgula quarenta e sete milhões, passando de dois vírgula sessenta e um para quatro zero oito. Mas agora vejamos os custos: os gastos com pessoal descem de um vírgula cento e cinco milhões para um vírgula quarenta e quatro, uma redução de treze por cento. -----

----- Mas em sentido inverso, os fornecimentos e serviços externos sobem um vírgula vinte e oito milhões de euros para dois milhões de euros, mais cinquenta e nove por cento. Ou seja, temos menos estrutura interna e muito mais subcontratação. Retiraram-se duzentos e dezassete mil euros de um lado e acresceram setecentos e sessenta mil de outro. -----

----- Isto não é propriamente eficiência, é mais uma transferência de custos. Acresce que cinquenta e quatro por cento da faturação continua a vir do setor público. Portanto, quando juntamos os relatórios, o quadro é bem claro. Melhoria financeira sim, é um facto que relativamente existe, mas está assente em mais subcontratação e numa forte dependência pública. -----

----- E é aqui que nos apraz uma análise mais política. Se uma empresa que não é municipal depende maioritariamente do setor público e subcontrata crescentemente serviços que o mercado já presta no caso de cartografia, sistemas de informação, consultoria técnica, então a questão não é apenas de ter passado de prejuízo para o lucro, a questão é saber se faz sentido o Município

continuar a deter esta empresa. -----

-----E como já dissemos outras vezes, não precisamos de Câmaras que gerem empresas, precisamos de Câmaras que saibam contratar bem, isso sim, e escrutinar melhor. -----

-----E termino como comecei, não precisamos de mais exercícios de contabilidade arqueológica. -----

-----Era melhor termos informação atempada. Precisamos de tomar decisões em tempo útil e precisamos de um escrutínio minimamente sério. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:

-----“Senhora Presidente. -----

-----Enquanto Relator da Proposta oito oito dois/dois mil e vinte e cinco, da Comissão Municipal Permanente de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local, relativa à Município, no âmbito da apreciação do Relatório de Execução Orçamental referente ao quarto trimestre de dois mil e vinte e quatro, e do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro, importa reforçar e começar por esclarecer, que o Relatório não consagra qualquer posição política substantiva, limitando-se a enumerar alegadas melhorias de gestão, sem encarar, com a seriedade exigida, as questões estruturais que há anos se colocam em torno da Município S.A nesta Assembleia Municipal. Por essa razão, o Grupo Municipal do Chega entende ser seu dever político, e institucional, apresentar uma leitura mais crítica e principalmente coerência. -----

-----A Administração da Município, S.A. alega, cito: “não existem fatores suscetíveis de comprometer a continuidade das suas atividades”. Ora, esta afirmação não pode, nem deve ser aceite de forma acrítica, reitero, acrítica. A realidade no entender do Grupo Municipal do Chega, demonstra que a manutenção desta empresa, nas condições atualmente verificadas, tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

representado, ao longo de vários anos, encargos permanentes e avultados para os munícipes de Oeiras, sem que se vislumbre um retorno proporcional, efetivo e mensurável para o Concelho de Oeiras, retorno financeiro em concreto. -----

----- As justificações que sucessivamente têm vindo a ser apresentadas para o seu insucesso desde a pandemia do COVID-dezanove; depois, alegada concorrência desleal e outras, perderam, há muito, qualquer relevância ou atualidade. Não podem continuar a ser utilizadas como justificação para perpetuação de um modelo que se revela estruturalmente deficitário e incapaz de demonstrar a sua utilidade empresarial no domínio público. -----

----- O que está aqui em causa é simples no entender do Grupo Municipal do Chega, e deve ser dito com frontalidade: continuar a financiar uma estrutura que consome recursos públicos sem resultados concretos, quantificáveis e socialmente relevantes, é contrariar princípios, como é o caso da boa gestão financeira, que deve reger uma Administração Pública prudente. Mesmo na ausência de litígios relevantes, conforme mencionado, e contabilísticos, nada legitima a manutenção de uma entidade que pesa no erário municipal e não prova, de prova clara, que acrescenta valor a este Município, além de uma imagem de uma entidade que só tem nome. -----

----- Importa ainda sublinhar, com sentido de responsabilidade, que em matéria da auditoria, cito: “o risco de não deteção de distorções materiais resultantes de fraude, é sempre superior ao risco associado a erros involuntários”. Ou seja, a fraude pode envolver comportamentos intencionais, como a manipulação, a falsificação de informação, e o contorno deliberado dos mecanismos de controlo interno. Devemos dizer isto sem medo, e não lançar aqui qualquer suspeita é exercer um dever de vigilância e escrutínio que deve-se exigir a qualquer órgão político, mais ainda, aquando da fiscalização, como é o caso desta Assembleia Municipal, que se deve pautar. -----

----- Perante este cenário, o Grupo Municipal de Chega entende que impõe-se uma reavaliação profunda, objetiva e transparente face à continuidade desta empresa que deve ser

ponderada relativamente em abono do dinheiro do Município.-----

-----O que não pode continuar é a transferência de encargos para os bolsos dos munícipes em Oeiras perante a manutenção de uma empresa sem resultados visíveis e sem benefícios claros para Oeiras. A defesa do interesse público exige, acima de tudo, escolhas difíceis por vezes e exige, acima de tudo, também responsabilidade.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado, faz favor”.-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para desejar que os trabalhos de investigação científica desta Assembleia Municipal, eventualmente da Câmara, no desenvolvimento de uma máquina do tempo, estejam a correr bem, porque estamos a vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e seis a analisar um Relatório e Contas que corresponde ao ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Os documentos não estão obsoletos efetivamente, porque são documentos que se reportam ao passado, mas chegam aqui com bastante atraso. Já não é a primeira vez que esta situação acontece e não vai ser a última que vai acontecer ao longo desta própria reunião.-----

-----Começa a ser um problema recorrente e acho que é importante alertar para ele e que sejam tomados os mecanismos para evitar que isto aconteça mais vezes no futuro.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Santos (CDU), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Também tomando nota do atraso na apreciação destas propostas, parece-me que a questão que está aqui em cima da mesa é de perceber qual é que é o serviço público que queremos que o universo de serviços, empresas e órgãos dependentes da autarquia têm para todos, ou seja, para os cidadãos, para a sociedade. -----

----- Se fôssemos autonomizar cada um dos serviços ou departamentos da autarquia do ponto de vista contabilístico, provavelmente íamos ter muitos prejuízos, provavelmente íamos ter desequilíbrios estruturais. É natural, prestam serviços públicos. -----

----- Naturalmente que esta empresa tem um carácter diferente que já de longa data é discutida e a nossa posição, como sabem, tem sido coerente na defesa daquilo que são recursos públicos e recursos humanos, tecnológicos, know-how, que nos parecem estruturantes e estratégicos para a política municipal e que, inclusivamente, tem também um figurino que serve mais do que o Município de Oeiras, tem um alcance alargado. Na relação que tem com o mercado privado, porque é uma empresa que atua também nesse domínio, está naturalmente exposta a todas as incertezas que decorrem dessa condição. -----

----- Neste Relatório que aqui em cima da mesa está a ser apreciado, de dois mil e vinte e quatro, assinala-se uma inversão relativamente a um padrão que vinha também já de alguns exercícios anteriores, de melhoria significativa dos resultados financeiros. E isto é de saudar, não é dissociável da celebração do contrato-programa que em diferentes ocasiões a CDU, acompanhada de outros grupos políticos, foram reclamando e que a própria empresa, o seu Conselho de Administração e a sua gestão foram colocando como um instrumento necessário e fundamental para a estabilidade e para a clarificação do seu papel, dos objetivos e do contributo que poderia dar, neste caso, ao Município de Oeiras. E, portanto, não nos resta senão saudar a evolução positiva que, do ponto de vista financeira aqui é trazida, mas novamente salvaguardar aquilo que é o interesse público de termos um centro de competências como o que é a Município

na esfera pública, na esfera do Município de Oeiras.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado, faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas porque esta última intervenção da CDU levantou aqui uma questão que acho importante comentar. Sem prejuízo de obviamente a existência do contrato-programa poder vir a alterar esta realidade, a verdade é que ainda não podemos tirar conclusões, pelo menos na minha opinião, ainda não podemos tirar conclusões definitivas quanto à evolução da empresa no médio prazo. Porque na verdade, aquilo que nós temos registado nos últimos anos, o padrão da Município tem sido dois anos de resultados líquidos negativos intercalados com um ano de resultado líquido positivo. O resultado líquido de dois mil e vinte e quatro efetivamente é positivo, mas para se avaliar se houve efetivamente uma quebra do ciclo de dois anos negativos e um ano positivo, é preciso esperar um pouco mais de tempo.-----

-----Portanto, obviamente desejando que assim seja, porque obviamente seria uma boa notícia para os munícipes e em geral, nós preferimos esperar um pouco mais para aguardar antes de assinalar esse facto, porque na nossa opinião, ele ainda não se materializou e é preciso ver a evolução das contas da empresa ao longo de um período maior para se poderem tirar conclusões definitivas do impacto tanto do contrato-programa, como de outras alterações que a empresa fez e que relata aqui neste Relatório e Contas. Mas escuso-me a entrar nesse detalhe porque a nossa posição vai ser basicamente de esperar para ver.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Então passaremos ao ponto seguinte, que é o ponto número quatro da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Apreciação da proposta... desculpe, algum problema?" -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Mil e dois/dois mil e vinte e cinco, relativo à Municíпия, empresa de cartografia, Plano de Atividades de dois mil e vinte e cinco. Alguém pretende usar da palavra?-----

----- Sim senhor. Puseram a mão ao mesmo tempo, faz favor.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Peço desculpa, tem razão, tem razão. Eu esqueci-me do Senhor Vice-Presidente. Portanto, retrocedendo.-----

----- Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra sobre o ponto anterior que estávamos em discussão?-----

----- Ainda não passámos ao seguinte.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:**-----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Todos os argumentos ouvidos são recauchutados. Portanto, eu como não preciso de fazer prova de vida, como alguns dos senhores deputados, não tenho nada a acrescentar.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito bem. Então passamos ao ponto quatro que eu já disse qual era e tem a ver com a Municíпия, Orçamento de dois mil e vinte e cinco. Portanto temos dois...”-----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio, mas dado que o fez com o**

microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Queria falar na sequência para, Senhora Deputada? Mas para quê? Peço desculpa. Quer intervir?” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Sim, sim.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quer intervir para algum esclarecimento? Pedido de esclarecimento?” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:-----

-----“Não, não, queria comentar.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Queria comentar, sim.”-----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:-----

-----“Se não se importa, faz favor, tenho tempo. Obrigada.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor. -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), a Senhora não é a disciplinadora da minha pessoa, portanto, sei que a Senhora...”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Ai não? Então, mas estava a falar muito alto porque se ouvia aqui e, portanto, peço desculpa, peço desculpa. Eu estou a tentar perceber o que é que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)..., não, Anabela Brito (IL) faz favor...”-----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Neste ponto número três queria fazer uma intervenção, se faz favor. -----

----- Obrigada. -----

----- Posso? Muito obrigada. -----

----- Só para dizer ao Senhor Vice-Presidente que se os temas são recauchutados é porque alguma coisa acontece, porque as pessoas não repetem sempre a mesma coisa do nada. -----

----- Obrigada.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Já agora...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Faz favor.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Lamentavelmente alguns deputados parece que sim.” -----

----- **APRECIADA** -----

4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1002/2025 – GMA – relativa à MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Bem. Muito bem, senhores deputados, vamos continuar os nossos trabalhos e passamos ao ponto quatro. -----

----- Tínhamos já dois inscritos, Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor de começar.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----E porque em política o poder da repetição é importante, eu queria intervir desejando que os trabalhos de investigação científica desta Assembleia Municipal e do Município, no âmbito do desenvolvimento de uma máquina do tempo, estejam a correr bem. Porque somos aqui confrontados com a apresentação de um documento referente a um Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e cinco, estando nós a vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

-----É um bocadinho complicado de projetar, de comentar ou de tecer considerações sobre um documento que projeta a atividade de uma instituição no futuro, quando esse exercício de projeção já está no passado. Portanto, Senhor Vice-Presidente eu lamento, mas a incompetência da Câmara, a incompetência de algumas instituições, o facto de estarmos aqui a discutir documentos atrasados para si, podem ser temas recauchutados, mas há uma boa maneira de deixarem de ser recauchutados. É façam-se as coisas bem. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Vieiro (PS), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Vieiro (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde a todos.”-----

-----E sobre este ponto que nós vamos aqui analisar e, portanto, nós estamos não perante contas, mas perante um Plano de Atividades e Orçamento que vai estender por dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e sete. -----

-----E cabe-nos a nós do Partido Socialista fazer uma apreciação do documento que tem valor e está bem estruturado numa primeira análise. Mas o plano estratégico, e nós vamos aqui fazer isso, este plano estratégico prevê para vinte e cinco a vinte e sete a angariação de novos clientes no mercado internacional. É o que está aqui espelhado no documento, embora não especifiquem os nomes dos novos países ou regiões geográficas concretas para além daquelas onde



Handwritten mark resembling a stylized 'n' or a signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a empresa já opera ou tem parcerias no espaço europeu e em Moçambique. -----

----- Os pontos centrais da estratégia internacional para os novos negócios vinte e cinco/ vinte e sete tem como primeiro ponto a expansão da carteira de clientes, a direção de Inteligência Espacial (IE) e tem como meta para dois mil e vinte e cinco até dois mil e vinte e sete a angariação de novos clientes, tanto no mercado nacional como internacional. -----

----- Esta expansão será apoiada pela manutenção e implantação da plataforma City Hub através da migração de municípios que utilizem sistemas antigos ou integração de novos módulos que correspondam às necessidades do mercado de informação geográfica. -----

----- A aposta na tecnologia diferenciadora é outro ponto. -----

----- O ano dois mil e vinte e cinco é projetado num período de mudança para a utilização de novos sensores e fornecimentos de dados trêsD e precisos. A empresa pretende apostar em gémeos digitais (digital twins), monitorizações SIG (Sistemas de Informação Geográfica) trêsD para atrair clientes e aumentar a sua competitividade. -----

----- No alinhamento com o mercado europeu, a empresa continuará a ajustar a sua oferta aos objetivos de desenvolvimento sustentável, isto é muito importante, os desenvolvimentos sustentáveis ODS, alinhando a sua estratégia com as tendências do mercado europeu. Isto inclui o foco em soluções de compras sustentáveis, neutralidade climática e linhas com metas para a União Europeia dois mil e trinta/dois mil e cinquenta. -----

----- A conclusão dos projetos existentes (é outro ponto, em Moçambique, o projeto RDUAT - Regularizações do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) com os clientes encontra-se numa fase de conclusão, restando liquidar menos de seis por cento do contrato total à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. A Administração prevê manter um acompanhamento constante do projeto até à sua finalização. Isto é o que consta em todo o documento. -----

----- Em resumo, embora o plano dois mil e vinte e cinco especifique explicitamente a

intenção de captar novos clientes internacionais, o foco parece estar, parece estar, neste documento no reforço da oferta tecnológica, dados trêsD e City Hub, já referido anteriormente, para competir globalmente em vez da abertura de escritórios em novos países específicos. -----

-----A abordagem por parte deste instrumento é uma inovação por parte da Município e apresenta-se a nós, como deputados municipais e a esta Assembleia, com um outro carácter que merece a nossa atenção e o nosso cuidado. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.” --

-----A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----O Plano de Atividades e Orçamento da Município não é claro ao nível da estratégia, da medição de resultados e da justificação do esforço financeiro solicitado. -----

-----Mais uma vez apresenta-se um documento com intenções genéricas, turvo, onde não há indicações claras, metas quantificáveis e prazos concretos que possam ser alvo de avaliação a nível de eficiência e custos para o Município. -----

-----Mais uma vez, sem estes elementos, a Câmara de Oeiras torna difícil o controle político e financeiro desta entidade. -----

-----Do que é possível analisar, parece-nos que a Município funciona mais como uma estrutura permanente do que como instrumento estratégico ao serviço do Município. Torna-se perceptível que a empresa parece existir sobretudo para absorver a despesa municipal em vez de criar valor acrescentado. -----

-----Aqui aplica-se bem a lógica de Lampedusa: aplica-se o discurso e o plano, mas a estrutura e os resultados permanecem essencialmente inalterados, ou seja, faz-se de conta que se planeia para que tudo continue exatamente igual. -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Nos termos da lei cinquenta/dois mil e doze, as empresas municipais têm de demonstrar viabilidade económica e valor público. Não basta existir atividade. E aqui não se veem objetivos quantificáveis, indicadores de desempenho, redução de custos, nem retorno de investimento. As empresas municipais não podem existir apenas para absorver despesa e viver de inércia. ----

----- Este não nos parece ser um plano sério, não se vê aqui um plano estratégico, mas apenas um documento de gestão redundante. ----

----- Portanto, para o Chega, para este plano resultar, teria de respeitar o contribuinte. ----

----- Obrigada". ----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- "Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- "Senhora Presidente, muito obrigado. ----

----- Não vamos, obviamente, pronunciar-nos sobre o Plano de Atividades dois mil e vinte e cinco, parece-nos enfim, que vem fora do tempo, mas queremos dar aqui nota de que já fomos muito críticos relativamente aos exercícios que esta empresa nos apresentava. Já demos um incentivo claro à Câmara Municipal, ao longo do tempo, ao longo dos anos que passaram, para que a sua relação com a Município passasse a ser outra, atendendo ao potencial que a Município sempre apresentou. E continuamos e temos boas expectativas de que a inversão desse rumo aconteceu. Mas obviamente que só nos vamos pronunciar sobre isso aquando da apresentação do Relatório e Contas de dois mil e vinte e cinco, que espero que possa acontecer ainda este ano. ----

----- E, portanto, estou em crer que será a altura certa para nos pronunciarmos sobre a evolução que a Município tem tido, sobre o esforço que tem feito, sobre a qualidade daquilo que tem vindo a produzir. E, portanto, parece-nos absolutamente extemporâneo, quer a discussão do Plano de Atividades feita hoje, quer algumas das intervenções que aqui foram feitas com base em

algo que eu não sei bem o que foi, porque obviamente não era ainda a altura de avaliar os resultados de dois mil e vinte e cinco. Portanto, cremos que muito em breve teremos a oportunidade de fazer uma análise séria sobre aquilo que a Município tem vindo a produzir ao longo destes últimos tempos. -----

-----Se se tem verificado ou não uma inversão do sentido que tinha, que os resultados vinham a apresentar, essa inversão começou, se não estou em erro, já em dois mil e vinte e quatro e, portanto, temos boas expectativas. Como digo, há um trabalho sério e empenhado, quer do Conselho de Administração, quer de toda a equipa que a Município tem. -----

-----Continuamos a confiar nela, mas como digo, guardamos uma intervenção mais aprofundada quando o Relatório e Contas de dois mil e vinte e cinco aqui chegar. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), tinha pedido.” --- -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para quem eventualmente nos está a ouvir pode ter ficado aqui um pouco confuso, porque efetivamente este documento, no quadro e no título, fala de se tratar de um Plano de Atividades entre os anos dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e sete.-----

-----Mas lendo o conteúdo do documento nós vemos que o detalhe sobre aquilo que é o planeamento futuro que a Município aqui faz é muito focado no ano de dois mil e vinte e cinco. Nós para dois mil e vinte e seis e vinte e sete em termos de informação quantitativa, neste documento temos muito pouco, temos apenas orçamentos sintéticos, não temos nada de muito detalhado do ponto de vista financeiro, nem as questões com o pessoal estão detalhadas também para anos depois de dois mil e vinte e cinco. E daí, para não haver nenhum mal-entendido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efetivamente, o Senhor Deputado do Partido Socialista, Rui Vieiro, tem razão. -----

----- Este documento é entre dois mil e vinte e cinco e vinte e sete, mas no conteúdo vemos que aborda muito mais aquilo que é o ano dois mil e vinte e cinco e que em relação a dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, a informação em concreto ainda não é muito detalhada e é normal que assim seja, não estou aqui a fazer uma crítica, apenas a esclarecer. E, portanto, ainda nos é difícil pronunciar-nos para esses anos.-----

----- Quanto ao ano dois mil e vinte e cinco, obviamente que já não faz sentido pronunciar-nos, porque ele já está no passado e, portanto, tudo aquilo que a Municípia projetava no futuro já não faz grande sentido tecer comentários quanto a isso. -----

----- Quanto ao resto, reafirmo só a nossa posição em geral, tanto as intenções estratégicas que são aqui descritas neste documento pela Municípia, quanto já tínhamos dito em relação aos resultados de dois mil e vinte e quatro. Nós preferimos esperar por mais alguma informação por parte do desempenho da empresa antes de tecermos uma opinião mais elaborada, porque a tal quebra do ciclo de dois anos negativos e um positivo ainda está por materializar no tempo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém que pretende usar da palavra? Passamos então ao ponto seguinte, que é o ponto cinco.” -----

----- **APRECIADA**-----

4.5. Apreciação da Proposta CMO N.º 1005/2025 – GMA – relativa à TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A. – Relatório e Contas 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto cinco da nossa Ordem de Trabalhos? Quem é que se inscreve? Senhor Deputado Jorge Rato (PS) e Senhor Deputado Filipe (IL). Faz

favor Senhor Deputado Jorge Rato (PS).” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Quando, a trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, esta Assembleia se pronunciou sobre o Relatório e Contas de dois mil e vinte e três da Tratólixo, o Partido Socialista realçou a forma como a Administração da empresa tentou responder às recomendações constantes da Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo a exercícios anteriores. - -----

-----Agora, da análise do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro, confirmamos que a estratégia de gestão se mantém, sendo que a avaliação dos auditores externos confirma essa orientação, na senda do que afirmámos no final de dois mil e vinte e quatro. -----

-----A ênfase apontada na Certificação Legal de Contas relacionada com o mecanismo de amortização do direito de concessão, de forma linear ao longo do prazo de contrato de gestão delegada, sem levar em consideração a vida útil dos ativos que integram a concessão, deverá merecer ponderação por parte da AMTRES e, naturalmente dos seus acionistas, nomeadamente da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Os investimentos efetuados, com a abertura da Unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce, revelam uma visão estratégica correta, no sentido do tratamento integral dos biorresíduos dos concelhos de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, que alimentam a Central de Digestão Anaeróbica, em Mafra, onde são transformados em biogás e em lama digerida, que posteriormente geram energia elétrica e matéria para compostagem.-----

-----Compostagem esta que, em resultado da construção da Central de Compostagem de Resíduos verdes, produz o corretivo agrícola cem por cento orgânico Campoverde Premium Green, para venda e utilização em agricultura biológica. -----

-----Um verdadeiro exemplo do conceito de economia circular, que podemos e devemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estimular. -----

----- Contudo, estamos ainda longe do nível de separação de resíduos – papel, plástico e vidro – desejável, e longe das metas que temos de atingir na próxima década.-----

----- E apesar da melhoria da recolha de biorresíduos tenha crescido, há que apostar fortemente na sensibilização dos cidadãos para a recolha seletiva, como, aliás, o Relatório aponta.

----- A questão, sistematicamente sem resposta, é sempre a mesma... -----

----- Será possível, só com estratégias de sensibilização, educação ambiental e aumento de ecopontos, atingir os níveis de separação que permitam uma recolha seletiva que permita cumprir os mínimos nacionais estabelecidos?-----

----- Senhora Presidente, reiteramos mais uma vez! É necessário discutir, conceber e implementar metodologias “Pay as You Throw”, já utilizadas em diversos países da Europa e também em alguns Municípios Portugueses. -----

----- O Município tem de criar, urgentemente, mecanismo e incentivos eficazes para exponenciar a recolha seletiva de resíduos. E tem de, como acionista da AMTRES, influenciar as decisões de gestão que permitam à TratoLixo, o reencontro com um caminho sustentável e de duradouro serviço público na recolha e tratamento dos Resíduos Urbanos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Filipe Martins (IL), faz favor.”

----- O **Senhor Deputado Filipe Martins (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez estamos em janeiro de dois mil e vinte e seis e a analisar um Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro. Estamos a ser chamados a pronunciar-nos sobre informação com mais de um ano atraso. -----

----- E digo isto com toda a franqueza, trazer relatórios desta natureza a esta Assembleia com este desfasamento temporal, é uma falta de respeito pelos eleitos e pelo papel fiscalizador

deste órgão. Porque quando os dados chegam tarde, as decisões também tarde são tomadas e quem paga esse atraso serão os munícipes.-----

-----Dito isto, no caso da Tratolixo convém ser rigoroso desde início. Estamos a falar de um serviço essencial.-----

-----O Município cobra taxas aos munícipes para tratamento de resíduos e é normal que essas receitas sejam canalizadas para a entidade que presta o serviço. Portanto, a existência de transferências públicas em si mesmas, para nós, não é visto como um problema.-----

-----O que importa aqui discutir é se esse dinheiro está a ser usado da forma mais eficiente possível. E vejamos alguns números. Em dois mil e vinte e quatro, a Tratolixo apresenta um resultado antes de imposto negativo de vinte e dois mil euros e um resultado líquido praticamente nulo de cinquenta e três euros. Em dois mil e vinte e três tinha sido cinquenta e três euros.-----

-----Importa aqui reconhecer um aspeto positivo. A empresa não procura gerar lucros elevados à custa do aumento de tarifas. Não há aqui uma lógica de rentabilização excessiva que onera artificialmente os municípios e, por essa via, os munícipes. Mas sejamos também honestos: também não pode haver investimento com resultado desta natureza. E apesar do resultado operacional ser positivo em cinco vírgula quatro milhões de euros, a dívida financeira é de cento e vinte e dois milhões de euros.-----

-----Mesmo reconhecendo um esforço de redução da dívida em quatro milhões e uma melhoria também da tesouraria, continuamos perante uma empresa altamente alavancada, onde o passivo representa cerca de cinco vezes mais o capital próprio.-----

-----Do lado dos custos, os fornecimentos e serviços externos atingem catorze milhões de euros, um aumento de dois vírgula um milhões de euros face a dois mil e vinte e três. Temos, portanto, um modelo de custos fixos bastante elevado: dívida bastante significativa, dívida bancária, diga-se, necessidade corrente de transferência, resultados líquidos praticamente nulos.-

-----Do nosso ponto de vista, falta aqui uma análise mais fina.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mesmo em serviços essenciais, como é o caso dos resíduos, é fundamental conhecer as métricas de desempenho, benchmarking com outros operadores que exerçam a mesma atividade, maior transparência nos custos e haver uma pressão permanente para fazer melhor com menos, e aqui não está refletido. Porque mais eficiência aqui significa menos custos.-----

Menos custos podem significar menos taxas e sustentabilidade sem contas certas é apenas empurrar a fatura. E como sempre quem paga, quem acaba sempre por pagar são os munícipes.--

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada.-----

----- Uma empresa pública não se avalia apenas pela ausência de problemas. Avalia-se pela forma como utiliza recursos públicos, pela eficiência com que presta o serviço e pela responsabilidade com que se submete ao escrutínio democrático.-----

----- O que este relatório demonstra é uma empresa acomodada, confortável na gestão do essencial, mas incapaz de demonstrar ambição, exigência ou visão estratégica compatíveis com os desafios atuais.-----

----- Os resultados são positivos, mas modestos. Não há sinal de criação de valor público relevante. A estabilidade financeira é apresentada como mérito, quando na verdade resulta em grande parte de uma grande lógica de contenção e de manutenção do modelo existente.-----

----- É gestão mínima para cumprimento formal.-----

----- O relatório evidencia uma estrutura pesada, com despesas fixas significativas, sem demonstração clara de ganhos de eficiência correspondentes. Não basta afirmar que os custos estão “controlados”. O que se exige é provar que cada euro gasto gera retorno operacional, ambiental ou

financeiro.-----

-----Não o faz.-----

-----E quando uma empresa pública não justifica devidamente os seus custos de estrutura, o problema deixa de ser técnico e passa a ser político.-----

-----O relatório fala de técnicos, auditores e administração - não fala para os municípios, nem para os cidadãos.-----

-----Não há indicadores claros de desempenho por município, não há metas comparáveis, não há avaliação independente de impacto.-----

-----E isso traduz uma cultura institucional errada:-----

-----A de uma empresa que se vê como entidade autónoma e não como instrumento subordinado aos municípios acionistas.-----

-----O Município de Oeiras tem padrões elevados de exigência, inovação e rigor. No entanto, o relatório não demonstra qualquer tratamento diferenciado, nem uma estratégia clara de valorização do contributo municipal.-----

-----Oeiras limita-se a pagar, a participar formalmente e a receber relatórios.-----

-----Isto é inaceitável numa empresa intermunicipal financiada com o dinheiro público. --

-----Num setor crítico para a transição climática e economia circular, o relatório limita-se a linguagem genérica, declarações de intenção e compromissos vagos.-----

-----Senhoras e senhores deputados, uma empresa pública que não é desafiada acomodase. E uma empresa pública acomodada desperdiça oportunidades, recursos e confiança pública. -

-----Este Relatório e Contas pode merecer aprovação técnica, mas não merece aplauso político, nem pode servir de cheque em branco à administração da Tratolixo.-----

-----Oeiras deve exigir mais eficiência e mais respeito pelo dinheiro dos contribuintes. ---

-----Quem gere recursos públicos não pode viver do “suficientemente bom”. Tem de prestar contas, provar resultados e aceitar escrutínio. E é isso que este Relatório não faz.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Relatório de Contas de dois mil e vinte e quatro. Máquina do tempo, estamos em janeiro de dois mil e vinte e seis, etc. É o mesmo ponto dos pontos anteriores. Infelizmente, também estamos a discutir isto já um bocadinho fora de tempo. -----

----- Dito isto, a recolha do lixo é um serviço público e tem de ser um serviço público porque a recolha de lixo, o objetivo da recolha de lixo, não pode ser gerar lucro para os investidores e para os acionistas, ou gerar coisas, ou ter cultura organizacional A, ou cultura... A recolha de lixo serve para recolher lixo e deve ser feito da forma mais ecológica possível. Nós defendemos isso e reconhecemos na Tratolixo algum esforço nesse sentido e que é importante, e tem de ser feito a um custo que não seja excessivo, mas não tem obrigatoriamente de dar lucro porque é um serviço público. --- -----

----- O objetivo de uma empresa de recolha de lixo é recolher o lixo. Isto serve para a recolha de lixo, podia dar aqui outro exemplo, os transportes públicos, a iluminação pública... Nada disto deve ter como objetivo principal de gerar lucro ou retorno para os acionistas. Tem como objetivo oferecer um serviço que é público por natureza, porque tem de ser prestado quer dê lucro, quer não dê. -----

----- Portanto, se não partirmos deste ponto de partida em relação a coisas como a recolha do lixo, corremos o risco de tecer uma série de considerações que são não só injustas para a empresa, como são erradas do ponto de vista de modelo económico que, pelo menos na minha opinião, na opinião da Coligação Evoluir Oeiras, queremos para a nossa sociedade, para este

conjunto de municípios no geral. -----

-----Dito isto, obviamente que há aqui alguns fatores que nos preocupam também. Um fator que já é recorrente e que é aqui assinalado neste Relatório e Contas, não apenas ao nível destes quatro municípios, mas a nível nacional, que é neste documento está previsto o fim da vida útil de vários aterros no país todo, não apenas no universo destes quatro municípios, o fim da vida útil de vários aterros já para o ano que vem. E isso é uma coisa que nos preocupa e naturalmente, gostaríamos de saber, no Relatório e Contas também é dito pela empresa várias ações que tomaram para aumentar incrementalmente a vida útil de alguns destes aterros. É bom isso, obviamente, mas é uma solução que é conjuntural e este problema precisa de soluções estruturais, e nós gostávamos que houvesse um pensamento um bocadinho mais detalhado. Eu sei que a solução é difícil, eu também não tenho solução, infelizmente, mas espero que da Tratolixo e dos acionistas haja essa preocupação e trabalhe para uma solução que seja estrutural em relação a este problema, porque ele precisa de uma solução estrutural e não apenas de soluções conjunturais.-----

-----E outro problema que nós vemos e que também não podemos deixar de assinalar, embora compreendamos o que é que está na origem desse problema, é os juros que são suportados atualmente pela empresa no valor superior a cinco milhões ao ano, que obviamente se tornam... é um fardo pesado para a Tratolixo carregar, e que não teve um alívio tão grande, nem sequer teve um alívio expressivo, ao contrário daquilo que seria de esperar, num ano onde as taxas diretoras já tinham começado a reduzir. E, portanto, aquilo que está inerente aos empréstimos contraídos pela Tratolixo, ou que eventualmente esteja nesses contratos de empréstimo, também era importante perceber se a redução das taxas diretoras ao nível do Banco Central Europeu vai ter um impacto naquilo que são os juros suportados pela Tratolixo em anos futuros, já que até agora ainda não teve e, à vista desarmada, seria de esperar que pudesse já ter tido. -----

-----E, portanto, com estas duas preocupações e salientando mais uma vez tanto que a recolha de lixo é um serviço público, tem de ser um serviço público, deve ser um serviço público,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e o atraso na discussão deste documento, que mais uma vez lamentamos, é mais um documento que estamos aqui a discutir atrasado, também é um problema estrutural que precisa de respostas estruturais, começa-nos a parecer. E com estas notas em relação ao aterro e à estrutura de custos com juros que a Tratolixo suporta, gostaríamos também de obter respostas em relação a isto. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre esta matéria? Senhor Vice-Presidente, pretende usar a palavra?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Verdadeiramente, duas ou três notas sobre aquilo que foi dito aqui pelos deputados, até porque há muitas coisas que se dizem, peço imensa desculpa dizer isto, que são lugares-comuns e chavões que pronto, que nada acrescentam.-----

----- O que é que é importante nisto? A questão financeira, conforme foi tratada. -----

----- Tentar aliviar o serviço da dívida naturalmente, porque o serviço da dívida é um peso grande que vem de trás. -----

----- Depois um segundo ponto, que é aquele que o Deputado do Evoluir trouxe que tem a ver com o novo aterro e dizer que desta vez parece que há esperança, porque o novo aterro era um compromisso do Município de Sintra de há muitos anos.-----

----- Todos os municípios têm instalações no seu território e aquele que mais produz, que tem o território mais vasto, que tem mais população, durante várias presidências ou vários mandatos, por assim dizer, de vários presidentes, arrastou e não encontrava solução. Uns porque era no início do mandato, o último, que é a coisa mais divertida de todas, porque é final de mandato e não vou deixar esse fardo, como se não fosse um compromisso do Município, não é? -----

----- O Município não acaba quando um presidente sai, os compromissos são para manter.

-----Naturalmente, na última reunião, creio que da AMTRES, o Senhor Vereador Nuno Neto não me deixa mentir, foi na reunião da AMTRES que o novo Presidente da Câmara Municipal de Sintra comprometeu-se a encontrar a solução para o novo aterro, encontrar o terreno para o novo aterro. -----

-----Portanto, é a primeira vez que um Presidente da Câmara de Sintra assumiu que iria cumprir com as suas responsabilidades, com as responsabilidades do seu município, porque todos os outros municípios pertencentes à AMTRES, Tratolixo, já têm instalações no seu território. Só o Concelho de Sintra é que não tinha, agora o Presidente da Câmara de Sintra assumiu que ia encontrar solução para o novo aterro. -----

-----Depois, há uma outra questão que foi tratada pelo Deputado Jorge Rato (PS) que tem duas dimensões. -----

-----Um. A questão da sensibilização, permita-me, nunca deve deixar de ser tratada. O que nós encontramos na forma, vou tentar encontrar as palavras corretas, pouco respeitosa para com os seus concidadãos, que muitos dos nossos concidadãos fazem no depósito dos resíduos sólidos nos últimos tempos é aberrante. É aberrante. Nós recuámos, nós não avançámos, nós recuámos na forma como se deposita. -----

-----Permitam-me que vos diga, durante a campanha eleitoral, estávamos a fazer uma ação de campanha em que o Presidente não estava, estava eu e passo e vejo os resíduos resultantes de uma obra à porta de um prédio num saco. Ora, os inertes têm de ser colocados no local apropriado. Por acaso eu olho, tiro a fotografia e a senhora, ao que parece apanhada em falso, veio ter comigo: “ah, se está preocupado com o lixo, vai já ser retirado”. Eu não estou preocupado com o lixo, minha senhora. Isto não se faz, é falta de respeito pelos outros. “Ah, não é nada, só pus aqui um bocadinho, já vêm recolher”. Isto é o espírito que muita gente hoje tem. É só um bocadinho. Não, não é só um bocadinho. Faz obras em casa, tem de ter um contentor apropriado para isso. Não põem sacos grandes à espera que a empresa leve não sei para onde. Porque depois também está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acontecer outra coisa, com a profusão de algumas empresas de construção pequenas, por assim dizer, o que é que nós encontramos? Depósito ilegal destas obras em muitos locais. -----

----- E sinceramente, acho que nenhum de nós quer viver numa comunidade onde temos um polícia municipal por cem metros quadrados para conseguir controlar esta situação e andar a multar toda a gente. Isto tem a ver também, digo-vos naturalmente que já se tem insistido junto da Polícia Municipal para encontrar as etiquetas com os endereços dos destinatários quando há caixas colocadas fora e aplicar a coima. Têm sido dadas instruções para isso e tentamos fazê-lo, mas naturalmente não é fácil. -----

----- E isto, permitam-me que vos diga, senhores deputados, isto é uma questão de educação cívica. É uma questão de educação cívica. Não é normal que eu entenda que se o contentor está cheio, não posso esperar com o saco dentro de uma zona da minha casa e posso pôr junto ao contentor porque sou mais que os outros e deixo fora e está tudo bem. Nós temos gente que está com esta cultura cívica e isto não há volta a dar. -----

----- Depois dizer que naturalmente que o princípio do depósito ou do pagamento por depósito errado deve ser colocado, mas isso obriga-nos também à sensorização e encontrar soluções de sensorização que estão a ser estudadas há algum tempo, para poder ser aplicado. E é claro que nós temos de ir a esse caminho e estamos a percorrê-lo. Mas há uma dimensão disto que não vale a pena retirar a devida importância, que tem a ver com a educação cívica. -----

----- Há uma dimensão importante disto. Permitam-me que vos diga isto, decorrente das minhas funções, se eu encontro alguém a depositar errado e me veem, os meus vizinhos conhecem-me, então, tentam-se justificar. Mas não é uma questão de justificação. Não é uma questão de justificação. Desmanchar uma caixa de cartão para que o próximo tenha espaço no papelão para pôr o papel que traz, é uma questão de civismo, de educação cívica e de respeito. -----

----- Agora, nós andamos há décadas com programas de educação ambiental que têm resultado junto das gerações mais novas, mas nos últimos anos e particularmente no último ano,

dois, verificou-se o retrocesso na forma como muita gente se comporta e muitas empresas se comportam, particularmente, há muitas empresas que também cometem, ou têm este tipo de comportamento, que é uma situação aberrante. -----

-----Já não era normal o que se passa à volta dos ecopontos, não é normal, e era bom que as pessoas incorporassem isto porque isto não se resolve sem mudança de comportamentos. Não é possível contratar milhares de polícias municipais para andarem a correr atrás dos cidadãos, deixa ver se a pessoa está a pôr bem, ou está a separar os resíduos. Tem de ser interiorizado no nosso comportamento cívico. Até porque se não é interiorizado, nós temos de perceber isto, se nós não aumentamos os nossos níveis de separação, a tarifa sobe e coletivamente pagamos. -----

-----Portanto, do nosso comportamento individual resultam também as contas que pagamos no final. Quando acertamos contas torna-se mais caro, mas o que eu lhes posso dizer é que nós continuamos a fazer este trabalho. -----

-----Mas há um tipo... e perdoem-me dizer isto desta forma, há um tipo de trabalho que é frustrante porque o recuo no comportamento social do último um, dois anos é imenso, imenso. --

-----E há multas a ser aplicadas. Há multas a ser aplicadas.-----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Mais ninguém pretende usar da palavra sobre este assunto? Podemos passar ao ponto seis da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

-----APRECIADA -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1182/2025 – GAF – relativa à Atribuição de subsídio às Juntas de Freguesias de Barcarena, Porto Salvo, Carnaxide e Queijas e Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para apoio à realização de Festividades–2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da Ordem de Trabalhos? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Saudamos o apoio do Município às festividades locais, que são expressões fundamentais da identidade cultural e do convívio comunitário, e que merecem ser valorizadas. Contudo, não podemos deixar de referir a forma e o conteúdo deste apoio que está a ser atribuído.

----- Quanto à forma, desde logo porque estamos a aprovar participações financeiras depois da realização dos eventos, parece que esta situação não é exclusiva dos Relatórios e dos Planos de Atividades que chegam com um ano de atraso, e isto revela a ausência de planeamento e fragiliza a previsibilidade necessária às Juntas de Freguesia. -----

----- Não nos parece também minimamente convincente o argumento que está escrito na proposta, que é: “... ah e tal, é muito difícil fazer antes.” A proposta tem incoerências também entre valores apresentados e apoios atribuídos. Tem o risco de arbitrariedade política, centralização excessiva no Presidente, confusão entre apoio financeiro, logístico, contratação de artistas, etc. --

----- Por nós tem ainda também dois principais, que é a ausência de indicadores de impacto social e cultural, tantas vezes já falado aqui nesta Assembleia Municipal, sempre que temos propostas de apoio, mas também a desigualdade territorial entre freguesias. -----

----- Quanto ao seu conteúdo, o Município atribui exatamente o mesmo valor a todas as Juntas de Freguesia, vinte mil euros, independentemente do número de iniciativas realizadas, da dimensão das festas, do número de fregueses da freguesia ou do volume real das despesas suportadas nestas festas. -----

----- Este modelo ignora a diversidade das realidades locais e também não assenta em critérios objetivos, transparentes e também proporcionais. -----

----- O Município indica que atribui vinte mil euros a cada Junta de Freguesia num total de

oitenta mil euros, porque há uma Junta de Freguesia que previamente teve uma proposta à parte para financiamento das suas festas, mas isto pronto, não bate certo também com o valor que cada Junta de Freguesia apresenta como tendo tido despesas. Por exemplo, no caso da UFOPAC, mais de cento e vinte e quatro mil, Porto Salvo cento e dez mil, Algés setenta e sete mil, Barcarena cinquenta e quatro mil e Carnaxide e Queijas quarenta e seis mil arredondado. -----

-----Resumindo, quem gastou mais recebe exatamente o mesmo que quem gastou menos e não há proporcionalidade entre a despesa e o apoio, nem critérios visíveis para justificar esta igualdade. - -----

-----Senhor Vice-Presidente igualdade formal não é justiça financeira. E, portanto, gostávamos de perceber o que é que se passou aqui. -----

-----Em relação à UFOPAC, já referimos ter recebido um valor por proposta à parte, recebeu sessenta mil euros, que incluía o pagamento de artistas e também do fogo de artifício, enquanto as outras Juntas recebem agora vinte mil euros, e isto também cria outra incoerência: umas Freguesias recebem apoio diferenciado com valor superior, outras recebem valores iguais, mas sem a explicação clara então dos critérios. -----

-----Relativamente ao valor dos preços aqui na proposta, também queria ainda a explicação, e gostava que o Senhor Vice-Presidente me ouvisse com atenção para tentar explicar, que é no texto diz: “verifica-se que a totalidade da despesa apresentada pelas Juntas de Freguesia no valor de trezentos e noventa e três mil setecentos e noventa ponto trinta e oito fica acima do montante somado em termos dos apoios cedidos pelo Município, sejam logísticos, financeiros ou através da contratação de artista.” Mas no total é de quatrocentos e doze mil, novecentos e setenta e quatro noventa e quatro. Mas aqui é que está a questão é que trezentos e noventa e três mil não é acima de quatrocentos e doze mil. E, portanto, gostava de perceber se estes valores estão corretos, porque se não estiverem, a proposta tem um erro e deve ser verificado antes da votação. -----

-----Também não estão claramente definidos os critérios de atribuição dos apoios como já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disse, nem é apresentado um modelo de avaliação do impacto destas iniciativas ou da eficiência do gasto público. -----

----- O resultado é um sistema pouco transparente, pouco equitativo e excessivamente dependente de decisões casuísticas. -----

----- Defendemos que o Município deve adotar um modelo estruturado com critérios públicos, calendarização prévia e diferenciação dos apoios em função dos parâmetros objetivos, garantindo assim maior equidade entre Freguesias e melhor gestão dos recursos públicos também por parte das Juntas de Freguesia. -----

----- Por isso, acompanhamos o apoio às festividades. Consideramos que elas são importantes, mas não acompanhamos a forma como este modelo continua a ser aplicado após as festas e da maneira como tem vindo a ser. -----

----- Esperamos que a nossa questão seja respondida e que no futuro o Município tenha em consideração os contributos de melhoria que são dados aqui pelos deputados desta Casa, para que para o ano esta proposta possa ser melhorada e apresentada no tempo adequado. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)**, disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde. Cumprimento a Mesa, a Senhora Presidente e a Câmara. O Senhor Vice-Presidente, os Senhores e Senhoras Vereadoras e os colegas Deputados que estão nesta Assembleia. -----

----- Eu quero só dar um pequeno esclarecimento, apesar desta proposta não versar a UFOPAC. É que a UFOPAC apresenta aquelas despesas porque organiza festas em duas

freguesias, em Caxias e em Paço de Arcos. E a de Paço de Arcos tradicionalmente tem fogo de artifício que é suportado pela Câmara. Obviamente que compreenderão que a Junta de Freguesia não tem verbas e recursos para fazer o fogo, que é uma tradição de décadas da Freguesia de Porto Salvo, mas é essencialmente por isso, perdão de Paço de Arcos.-----

-----Tanto quanto sei a Câmara, o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara, confere às Juntas de Freguesia iguais montantes a todas. Se a memória não me falha, são vinte mil euros para cada festa. - -----

-----No caso de Paço de Arcos é um caso excecional, porque politicamente entende-se que se deve manter o fogo que de facto traz milhares de pessoas à Marginal e à Vila de Paço de Arcos. Daí a despesa que nós apresentámos. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. Mais ninguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Então eu dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente, se quiser usar dela.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Eu só estou aqui com uma dúvida, estou a olhar ali para a Dra. Ana Rita, que é a Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias, porque de facto, trezentos e noventa e três mil, setecentos e noventa é inferior a quatrocentos e doze mil novecentos e setenta e quatro.”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, há um erro de escrita é isso que está a dizer?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Mas é melhor falar ali.” -----



87

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Então talvez possa esclarecer ali, se faz favor.” -----

----- A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias, disse o seguinte:-----

----- “Muito boa tarde.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.” -----

----- A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias, disse o seguinte:-----

----- “Boa tarde. Há, de facto, um erro de escrita. Não há um erro de números. Há um erro de escrita, mas se entenderem corrigimos. Não tem qualquer...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Qual é o erro de escrita que diz que... para esclarecimento dos senhores deputados municipais?” -----

----- A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias, disse o seguinte:-----

----- “Eu vou usar os meus mapas que têm os valores...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Tem o microfone ligado?” -----

----- A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias, disse o seguinte:-----

----- “Sim, sim, está ligado. -----

----- Ora, muito bem. O que aqui se pretendia resumir e que não ficou explícito, os valores totais das festividades apresentados pelas Juntas de Freguesia, somando todos os valores que as Juntas de Freguesia apresentaram nos seus relatórios, somam quatrocentos e doze mil novecentos

e setenta e quatro ponto noventa e quatro euros. Estes são os valores das despesas que as Juntas de Freguesia apresentaram nos seus relatórios. -----

-----O valor de apoio logístico, que são os apoios que a Câmara concede para a execução destas iniciativas, pedido pela Junta de Freguesia, totaliza quarenta e oito mil quinhentos e dezoito ponto catorze euros. -----

-----A comparticipação financeira da Câmara totaliza cento e quarenta mil euros.-----

-----Os apoios da Câmara ao nível dos artistas que foram atribuídos a todas as Juntas de Freguesia, com exceção da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, motivo esse porque o montante apoiado à Junta de Freguesia da UFOPAC foi de sessenta mil euros, as quatro Juntas de Freguesias o montante totaliza cento e dezassete ponto trezentos euros.-----

-----O total do apoio cedido pela Câmara Municipal são trezentos e cinco oitocentos e dezoito ponto catorze euros. O que aqui se pretendia dizer era os apoios que a Câmara atribui às Juntas de Freguesia têm um montante total inferior ao montante da despesa total apresentada pelas Juntas de Freguesia. -----

-----E não é isso, de facto, que está escrito, não está explícito no parágrafo.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Posso, Senhora Presidente?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Sim.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) observou o seguinte:-----

-----“Só para esclarecer então que o erro na proposta é substituir a palavra “acina” por “abaixo”. É essa a correção a realizar?”-----

-----A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Freguesias, disse o seguinte:-----
----- “Deixe-me ler a frase como deve ser.” -----
----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----
----- “Se quiser eu posso...” -----
----- **A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às**
Freguesias, perguntou o seguinte: -----
----- “Está-me a falar da página cinco...?” -----
----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----
----- “.... Verifica-se que a totalidade de despesa apresentada pelas Juntas de Freguesia no
valor de trezentos e noventa e três... é esse parágrafo.” -----
----- **A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às**
Freguesias, perguntou o seguinte: -----
----- “Está-me a falar de... em que página, por favor? É na página cinco?” -----
----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----
----- “Posso abrir...” -----
----- **A Senhora Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às**
Freguesias, observou o seguinte:-----
----- “Se não se importa. Obrigada.” -----
----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: -----
----- “É um parágrafo na página cinco. Sim, a meio da página cinco, portanto o terceiro
parágrafo. E eventualmente não é a palavra que está mal, é a troca dos valores.” -----
----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Portanto, há uma troca dos valores. É isso? Pode ser corrigido? Penso que a
Assembleia não se opõe a que seja corrigido, não é? Porque não vamos alterar... O que eu pergunto
é o seguinte: querem retirar esta proposta e agendá-la novamente? -----

-----Temos aqui um esclarecimento, tivemos aqui o esclarecimento...”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, a Câmara é que retira, mas da parte da Câmara não há pressa”.-

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, explique-me só por favor. Há um erro no valor? Sim ou não?”-

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Parece-me que o que acabou de dizer, há uma troca no valor, não é isso? Foi o que eu percebi.”-- -----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte:-----

-----“Havendo erro no valor, é um erro material. Sendo um erro material, pode ser aprovado, mas depois tem de ser retificado, portanto tem que cá voltar. Certo? Pronto. Portanto, se fosse uma questão de uma frase não estar completamente correta, que ficasse agora claro... Agora, se é uma questão de número e de valor que tem de ser atribuído, aí é que me parece que deve haver a correção no órgão próprio, porque senão ele tem de ser retificado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Sim Senhor. Não há problema. Então fazemos dessa forma. Considerando este esclarecimento, esta proposta será novamente agendada. Até pode ir para a próxima Sessão. Sim, tem de ir à Reunião de Câmara. Já não vai, já não vai... provável... Vai haver Reunião de Câmara amanhã?”-- -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Mas, Senhora Presidente, eu volto a dizer, não há pressa.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Não há pressa.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Não há pressa.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sim senhor.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Não estava bem, corrige-se. Não há problema nenhum.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito bem, senhores deputados, portanto, não vamos votar e continuar a apreciar esta proposta que está na Ordem de Trabalhos. Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (INO25), Primeiro Secretário, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Disse que fica retirada?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Fica retirada esta proposta considerando o erro constatado.”-----

----- “Passamos então ao ponto sete.”-----

----- **RETIRADA**-----

4.7. Apreciação da Proposta CMO N.º 1183/2025 – GMA – relativa à TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2026-2030 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS).”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- O Plano de Atividades e Orçamento da Tratolixo para o quinquénio de dois mil e vinte e seis-dois mil e trinta, identifica, de forma clara, as prioridades da sua Administração, enquadradas na legislação aplicável e vigente.-----

-----As prioridades e as metas apontadas, afiguram-se como coerentes e possíveis, no quadro do que se considera necessário para a prestação deste serviço público, essencial para os cidadãos dos quatro Concelhos abrangidos. -----

-----Mas, como temos afirmado em momentos anteriores, sempre que analisamos os documentos financeiros da Tratolixo, temos a convicção de que os desafios e constrangimentos que a Tratolixo enfrenta, não são imputáveis a erros ou omissões de gestão dos seus dirigentes e das suas administrações. -----

-----A realidade demonstra que eles subsistem praticamente desde a génese da empresa, em consequência da incapacidade da sua estrutura acionista em tomar as decisões estratégicas e de investimento que a boa gestão dos recursos públicos exigiam, há muitos anos. -----

-----Por consequência, a empresa tem custos operacionais consideravelmente superiores aos razoáveis. -----

-----A médio e longo prazo, as rubricas do passivo da empresa colocam em risco a necessidade de solver os seus compromissos, sem enveredar por um caminho de agravamento inoportável do custo do serviço de Resíduos sólidos, para os seus novecentos mil utilizadores.

-----Senhora Presidente, vemos, com satisfação, que a empresa se propõe adotar um conjunto vasto de medidas, estruturadas em três eixos de intervenção, alinhados com as estratégias e objetivos nacionais do PERSU vinte trinta. -----

-----Desde logo, no que à sensibilização e educação ambiental diz respeito, no sentido de reduzir o volume de resíduos produzidos e garantindo que a separação para valorização dos resíduos seja mais eficaz e possa ser potenciada. E também, através de investimentos em soluções técnicas para tratar outros tipos de resíduos e no aumento da capacidade da Central de Triagem de Trajouce. -- -----

-----Contudo, sabemos que o sucesso desses objetivos e das metas exigentes que teremos de cumprir até dois mil e trinta, dependem muito dos cidadãos e do modelo de recolha seletiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

praticada pelos Municípios acionistas.-----

----- É necessário, é urgente, inovar e gerar novas formas de captação de resíduos com potencial para serem reciclados, reduzindo o mais possível os resíduos indiferenciados que são depositados em aterro.-----

----- Para isso, há que assumir medidas que, até podem ser impopulares, penalizando os cidadãos que, por desconhecimento ou, principalmente, por desleixo e indiferença, não exercem os seus deveres de cidadania e de respeito pelas gerações vindouras.-----

----- O Partido Socialista está, como sempre esteve, disponível para apoiar e subscrever as medidas julgadas eficazes para garantir este objetivo e o cumprimento dos deveres cívicos dos cidadãos.-- -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) faz favor.”--

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Plano de Atividades e Orçamento da Tratolixo mostra uma empresa a fazer tudo o que está ao seu alcance. Investir, modernizar, ampliar capacidade, tentar ganhar tempo num sistema que está cada vez mais perto do limite. -----

----- Mas há uma verdade simples que atravessa todo este documento. -----

----- O sistema falha onde sempre falhou, na separação da origem. E aqui temos de ser honestos connosco próprios. Há décadas que falamos de reciclagem, há décadas que fazemos campanhas, há décadas que explicamos o que vai para o azul, o amarelo e o verde. Hoje o problema não é falta de informação, é outra coisa.-----

----- Durante anos fomos confrontados com campanhas públicas que ficaram na memória coletiva. Uma chama-nos atrasados ambientais, outra apresentou-nos o famoso macaco Gervásio, que precisou apenas de uma hora e doze minutos para aprender a reciclar. Uma hora e doze

minutos. --- -----

-----Entretanto, nós, com toda a informação disponível, com relatórios, metas europeias, investimentos milionários, aterros a esgotar, continuamos a dizer: “Não faz mal hoje não fazer, é só este, os outros fazem”. É exatamente essa soma de pequenos não individuais que nos trouxe até aqui.-----

-----Reciclar devia ser tão automático como respirar. Não devia ser um esforço, não devia ser uma escolha moral, devia ser um reflexo. E se ainda não é, então temos de assumir que o modelo falhou, não o técnico, mas o comportamental.-----

-----Nenhuma infraestrutura, nenhum investimento, nenhum plano plurianual será suficiente se continuarmos a tentar compensar com dinheiro aquilo que falha no gesto mais básico. -----

-----O sistema está próximo do limite e não é a Tratolixo que o vai resolver sozinha.-----

-----Ou mudamos comportamentos, todos nós, ou continuaremos ano após ano a discutir planos cada vez mais caros para gerir aquilo que podia ter sido evitado à origem.-----

-----Talvez seja tempo de aceitar que o problema nunca foi aprender a reciclar, foi querer fazê-lo.-----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Não devia ser motivo de elogio, mas tendo em conta tudo aquilo que tivemos aqui antes, é de salientar que este documento vem a tempo, bem a tempo de ser discutido. Este Plano quinquenal da Tratolixo, passo a expressão, para dois mil e vinte e seis, dois mil e trinta está perfeitamente enquadrado temporalmente. Não devia ser motivo de elogio, mas tendo em conta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aquilo que já aqui vimos hoje, aparentemente é. -----

----- Depois, apenas para complementar aquilo que o Senhor Deputado do Partido Socialista e a Senhora Deputada do PAN disseram, que se focaram mais na parte da atividade da empresa, eu também queria falar dos desafios financeiros que a empresa tem para os próximos cinco anos, eventualmente, ou até poderá ser num horizonte mais extenso, mas falando destes cinco anos. Porque estamos a falar de uma empresa que tem uma autonomia financeira de quinze vírgula nove por cento e uma alavancagem de quatrocentos e sessenta e cinco por cento. Isto está ligado aos custos do serviço da dívida de que falámos já num ponto anterior, que o Senhor Presidente estava a falar, mas também me parece que a forma como a empresa tem de abordar isto nos próximos cinco anos, acho que falta um bocadinho de proatividade e de procura na abordagem a esta melhoria da estrutura de custos.-----

----- O Senhor Deputado do Partido Socialista também tocou nisso, esta melhoria da estrutura de custos da Tratolixo. -----

----- Se é verdade que é um serviço público e que não é expectável que dê lucros extraordinários e não é para isso que a empresa efetivamente existe, também não podemos ter um excesso de conforto com estas estruturas de custos e estes custos com o serviço da dívida, que são de facto um fardo grande para a Tratolixo e são um fruto de preocupações na própria atividade da empresa que, se forem abordados e se tiverem as tais soluções financeiras e técnicas corretas, podem ajudar a que a atividade da empresa noutros domínios fique aliviada também. -----

----- E, portanto, do nosso ponto de vista, identificamo-nos com muito do que está neste Plano de Atividades. Reconhecemos iniciativas com bastante mérito à Tratolixo, preocupações corretas também. Víamos com bons olhos se houvesse um bocadinho mais de proatividade na abordagem a estas questões do ponto de vista da saúde financeira da empresa. -----

----- E deixamos aqui este reparo, reiterando mais uma vez o elogio de estarmos a discutir estes documentos a tempo, efetivamente, tendo em conta a Assembleia que tivemos hoje é um

luxo.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) faz favor.” -

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Antes de mais, quero aqui reiterar que também fui relator desta proposta na Comissão Municipal Permanente de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local e quero aqui separar a fantasia da realidade. -----

-----Em primeiro lugar, constatei reduzidos mecanismos de responsabilização política nesta proposta. Depois, o Revisor Oficial de Contas declara com base nos pressupostos apresentados pela própria entidade que não foram identificados fatores que inviabilizem tecnicamente as projeções financeiras. É certo. Contudo, há aqui uma situação, uma nota de prudência que merece uma especial atenção. Cito: “Os acontecimentos futuros poderão não ocorrer conforme o previsto. Os resultados reais serão diferentes e essas diferenças poderão ser materialmente relevantes”. -----

-----Aquilo que o Grupo Municipal do Chega quer aqui mencionar é que esta situação relativamente a esta advertência significa que o Plano encerra riscos que não podem ser ignorados e cujas consequências podem ser significativas relativamente ao futuro. -----

-----Estes riscos são agravados pelo facto de o Plano assentar em projeções da produção dos resíduos municipais, uma variável fortemente condicionada por decisões políticas, mas futuras. O Grupo Municipal do Chega entende que esta Assembleia deve, por isso, exercer o seu papel fiscalizador com particular atenção, não se limitando à validação formal de documentos cujo equilíbrio resulta exclusivamente de projeções teóricas, mas sim, avaliar riscos e prestações de contas relativamente, uma vez que estamos aqui a falar de dinheiro dos munícipes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Enquanto estas fragilidades não forem devidamente encaradas, substituirão algumas legítimas dúvidas quanto à robustez deste modelo a médio e longo prazo. -----

----- Com espírito construtivo, apresentamos aqui a nossa posição enquanto Chega. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Não, Senhor Vice-Presidente? Ah, não ouvi. Senhor Deputado João Viegas (INOV25) faz favor. E António Moita (INOV25) sim. Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)**, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Hoje não discutimos apenas um documento técnico, discutimos uma garantia que Oeiras e o sistema intermunicipal em que se integra não ficam refém do liso que produz. -----

----- Este PAO (Plano de Atividades e Orçamento) dois mil e vinte, dois mil e trinta da Tratolixo tem virtudes claras. Alinha-se pelos objetivos PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) europeus de dois mil e trinta, aposta na recolha seletiva, na economia circular e na modernização tecnológica. Há uma visão de eficiência, de valorização de materiais e de energia e há um esforço real para premiar comportamentos corretos, biorresíduos e resíduos verdes com bonificações que incentivam a separação na origem. -----

----- Mas há um ponto que não pode ser tratado como uma nota de rodapé, o destino final dos resíduos. -----

----- O aterro da Abrunheira não é um detalhe, é o pilar físico do sistema, é o ponto final, é o ponto de aterro. E segundo a própria informação disponível, este pilar chega ao limite no máximo no início de dois mil e vinte e sete. A partir daí, sem ampliação e sem solução definitiva, não haverá gestão, haverá imprevisto. E o imprevisto neste setor custa caro e cobra sempre na tarifa. Por isso, o critério político deve ser simples, apoiar a trajetória de modernização, mas exigir

governação de risco, exigir calendário, exigir decisão. -----

-----Em concreto, era importante que se clarificasse o ponto de situação do estudo intermunicipal para o novo aterro e quando será tomada a respetiva decisão. Que se detalhe a ampliação dos centros de tratamento e o seu calendário de execução e que se apresente um cenário transparente de impacto tarifário entre dois mil e vinte e sete e dois mil e trinta, incluindo a recuperação de custos históricos e os ajustamentos regulatórios.-----

-----Do lado dos investimentos saudamos a ambição. Triagem reforçada em Trajouce, na CDR e no Biometano. São caminhos certos, mas não podemos fechar os olhos aos riscos de execução. Sem cofinanciamento e sem mercado garantido, o investimento pode virar custo sem retorno e, novamente, o custo regressa ao mesmo sítio, à fatura.-----

-----Finalmente, há uma responsabilidade municipal que ninguém pode terceirizar, reduzir a fração resto. A recolha seletiva é o primeiro tratamento e cada tonelada que não entra no aterro é tempo ganho, é custo evitado, é futuro comprado.-----

----- Assim, a posição que aqui trazemos é de sentido de responsabilidade, acompanhar favoravelmente este ponto, mas deixar claro que o próximo ano não pode ser gasto a adiar decisões. O sistema não perdoa calendários políticos e os municípios não perdoam tarifas que sobem por falta de decisão. -----

-----Terminamos com três máximas simples.-----

-----Primeira. Sem destino final, não há política ambiental possível. Há apenas crise anunciada. - -----

-----Segunda. Investir sem calendário e sem mercado é transferir risco para a tarifa.-----

-----Terceira. Reciclar é bom, decidir é obrigatório.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado António Moita (INOV25)”. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu pedi para intervir, não tanto para me pronunciar sobre o Plano de Atividades de dois mil e vinte e seis/dois mil e trinta em concreto, mas porque as intervenções que aqui foram feitas dão a nota ou dão a ideia de que se uma educação do ponto de vista ambiental for feita de uma outra forma para crianças, para jovens, para gente de meia-idade, para gente mais velha, que resolve a questão. E eu queria dar nota de que, de facto, é bom que assim seja. É bom que a educação ambiental possa acontecer. É bom que os hábitos mudem, mas não é isso que resolverá o problema desta empresa, o problema da Tratolixo. -----

----- O problema da Tratolixo há muitos anos chama-se dívida. E a dívida é algo que não se resolve de um dia para o outro. É algo que não tem possibilidade por uma arte de gestão de um qualquer Conselho de Administração de se resolver. -----

----- Eu tenho, enfim, acompanhado a vida da Tratolixo ao longo dos últimos anos. Devo dizer que não fora um “aircut” da dívida feito, salvo erro, em dois mil e quinze e a situação da Tratolixo hoje seria um absoluto desastre. E aquilo que aconteceu foi que em tempos idos, isso já foi assumido aqui várias vezes, inclusive pelo Senhor Presidente da Câmara, o que aconteceu foi que havia um conjunto de autarcas de um determinado partido político que por acaso viviam em áreas geográficas contíguas, que resolveram iniciar um projeto, um projeto de grande fôlego nesta área. Isto porquê? Porque também do outro lado, um outro conjunto de autarcas de outras cores políticas, de outros partidos políticos, resolveram também fazer exatamente a mesma coisa. -----

----- E aquilo que devia ter sido feito numa lógica metropolitana não foi. E há um conjunto de investimentos que foram pensados e preparados desde esse tempo, que quer de um lado quer do outro... depois, ao longo do tempo, há uma história grande para contar... houve apoios mais efetivos a um lado do que a outro, também tudo isto teve uma conotação política, ou mais concretamente, partidária e, portanto, é uma história que não honra aqueles que participaram nela,

designadamente ao nível das decisões que foram sendo tomadas ao longo do tempo. -----

-----E hoje estamos perante uma situação que é difícil, é uma situação que não é exclusiva da Tratolixo. A empresa Valorsul tem problemas, também eles graves, e a única lógica possível, para além de tudo aquilo que aqui foi dito e que eu, enfim, não tenho nada a apontar, de alteração de hábitos, alteração de procedimentos, de disponibilidade até dos municípios para aceitarem algumas das soluções que provavelmente podem não ser especialmente simpáticas para ser feitas no seu território ou para ser feitas à porta de casa. Mas a solução para esta questão é uma solução que tem a ver com a área metropolitana. -----

-----E eu acho que nestes quatro anos e por isso falo entre dois mil e vinte e seis e dois mil e trinta, já que não foi possível antes, há que encetar um processo. Não diria de aproximação, porque creio que essa aproximação que acontece, mas de olhar de frente para um problema que é um problema que não acaba em dois mil e trinta, é um problema que continuará e é um problema que vai sobrecarregar muito, quer os munícipes, quer todos aqueles que, de uma forma ou de outra, convivem com uma realidade que é uma realidade difícil. -----

-----Ser membro do Conselho de Administração na Tratolixo, por muito mérito que se tenha, é sempre algo muito complicado, muito difícil, vencer dificuldades pesadas. E volto a dizer, essas dificuldades não resultam dos processos, não resultam até de algumas possibilidades de investimento que têm sido feitas. -----

-----Já nos foi dada a informação e é uma informação que, obviamente, temos de nos congratular com ela, da abertura do Senhor Presidente da Câmara Sintra para finalmente cumprir uma promessa que fez, ou que o Município de Sintra estava vinculado a ela, mas que ao longo dos anos não aconteceu. Mas isso só, temos de ter a consciência de que não chega. -----

-----O problema da dívida é um problema que irá continuar, esta questão de dizerem, olharem para isto como olham para uma outra empresa qualquer e dizer: “Não, uma empresa que não dá resultados, uma empresa que não dá resultados é uma empresa que provavelmente não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

merece continuar a sua atividade.” Eu não sei que conhecimento é que a pessoa que diz isto tem da história que a Tratolixo teve, mas foi das melhores decisões que a Administração da Tratolixo tomou, que foi assumir perante os seus acionistas que a primeira das prioridades, para além da continuidade da operação e do desenvolvimento possível da operação, era pagar a dívida. Era pagar a dívida monstruosa que acumulou ao longo destes anos todos. -----

----- E digo-vos, nessa altura estava em risco, designadamente em dois mil e quinze, estava em risco de que a tarifa por tonelada andasse por setenta e poucos euros. Ora, hoje ela está bem próxima desses setenta euros. O valor proposto para dois mil e vinte e seis é muito próximo disto e a tendência dos próximos anos, já verificamos pelos números que nos são aqui apresentados, é para crescer muito mais ainda. E, portanto, tenhamos consciência do que é que está aqui a ser dito, o que é que está aqui a ser feito. -----

----- O problema da Tratolixo obviamente que se resolve com boa gestão, obviamente que ajuda a resolver com bons administradores, obviamente que se ajuda a resolver com educação ambiental feita como deve ser, com boas práticas, com atitudes dos cidadãos que sejam de acordo com as melhores práticas que existem. Mas o problema só se resolve de outra forma, numa lógica metropolitana e numa lógica até de investimento que o próprio Estado tem de pensar que é preciso fazer a este nível. -----

----- Portanto, saúdo quem nos apresenta este Plano de Atividades de dois mil e vinte seis até dois mil e trinta. -----

----- Desejo a melhor sorte. Estou certo que os quatro municípios vão contribuir de uma forma efetiva para que as coisas corram o melhor possível, mas com franqueza, acho que não podemos deixar de olhar para um problema chamado Tratolixo, que é provavelmente o maior problema de endividamento que as Câmaras Municipais têm, designadamente a Câmara de Oeiras, e de olhar para este tema de forma mais larga, mais profunda e que eventualmente impõe a alteração de pressupostos que provavelmente há trinta anos estavam certos, mas que hoje estão

completamente longe de uma realidade, que é a realidade que nos entra pelos olhos dentro, que é uma realidade de uma dívida que é impagável. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais ninguém pretende usar da palavra? Dou a palavra então ao Senhor Vice-Presidente. Faz favor.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Tudo o que eu disse no ponto anterior serve para este. -----

-----Obrigado.” -----

-----**APRECIADA** -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Nós temos ainda a intervenção do público e, portanto, temos o primeiro inscrito que é o Senhor Pedro Gonçalves.” -----

5.1. O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhores Deputados Municipais.-----

-----Peço desde já que esta intervenção fique integralmente registada em Ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Tem ligado? Está ligado, não está? Sim. Aproxime-se, aproxime-se do microfone.”

-----O **Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras,** retomou a sua intervenção, dizendo o seguinte:- -----

-----“Boa tarde a todos, o meu nome é Pedro Gonçalves e venho a esta Assembleia apresentar uma situação em que venho pedir algum auxílio por parte da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Desde já cumprimento o Senhor Vice-Presidente da Câmara e os Senhores Deputados Municipais.-----

----- Peço desde já que esta intervenção seja integralmente registada em Ata e venho aqui hoje com um pedido simples, humano e urgente. Existe um funcionário da empresa municipal Oeiras Viva com mais de vinte e dois anos de serviço, tem cinquenta e oito anos, que sofreu um acidente de trabalho grave e desde esse acidente resultaram sequelas físicas, e o trabalhador encontra-se ainda em convalescença e doente. A partir desse momento, a sua vida entrou em colapso. Perdeu rendimento, perdeu a casa e está há sete anos e três meses numa situação em que nenhum município deveria aceitar. Não está apenas na rua, está a viver dentro de um carro, um carro que não fecha os vidros, com água acumulada, bolor e mofo, sem condições mínimas de habitabilidade, higiene ou segurança. Estas condições são particularmente graves para alguém doente e em recuperação, expondo-o diariamente a frio, humidade e riscos sérios para a saúde e para a vida. Não é toxicodependente, não tem doença mental. É um trabalhador que serviu este Concelho durante mais de duas décadas. -----

----- No dia anterior às eleições, num direto em público, esta situação foi classificada como mentira, de cidadãos que comentaram e foram chamados de mentirosos, e comentários, e foram posteriormente removidos os post. Esta situação passou-se num direto do Senhor Isaltino Morais, num dia em que estava a fazer as refeições para os funcionários que estavam nas mesas de voto. Foi também afirmado que não havia conhecimento do caso, o que não corresponde à realidade. Eu falei com o Senhor Doutor Isaltino Morais no dia em que foi eleito na Cidade do Futebol, e pedi-me para falar com alguém responsável, sem sucesso, por várias vezes não consegui contactar com a mesma. No entanto, após a eleição, informei pessoalmente então o Presidente da Câmara na Cidade do Futebol, e foram feitas perguntas sobre a condição do trabalhador, as quais já referi anteriormente, da parte da toxicodependência e tudo mais. -----

----- Hoje, não venho aqui discutir versões, venho pedir uma solução. O Presidente da

Câmara Municipal e, na sua ausência, o Senhor Vice-Presidente em exercício, bem como o Presidente da Junta de Freguesia têm responsabilidade direta pela segurança, saúde e bem-estar dos cidadãos no respetivo território. É por isso que hoje venho aqui pedir para ficar em Ata apenas o seguinte:-----

-----Primeiro. A atribuição urgente de uma solução habitacional digna, ainda que provisória.-----

-----Segundo. Apoio social imediato compatível com o seu estado de saúde, incluindo acompanhamento e acesso efetivo aos cuidados básicos de saúde. Nada mais. Não se trata de política, não se trata de culpas, trata-se de humanidade, responsabilidade pública e urgência. Um carro insalubre, não é habitação. Sete anos sem resposta não é normalidade e quando alguém está doente, adiar ajuda é agravar o sofrimento.-----

-----Peço por isso que esta situação seja tratada com carácter de urgência e que a resposta concreta fique igualmente registada em Ata.-----

-----E é tudo o que tenho a dizer. Obrigado a todos.”-----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. A Sessão está a ser gravada e tudo o que o Senhor disse está registado e, portanto, será transcrito.-----

-----Senhor Vice-Presidente, tem algo a dizer sobre isto? Há mais. Fazemos no fim. Sim, sim, fazemos no fim. Então vamos ouvir o outro senhor que é o Senhor Daniel Sousa.-----

-----Relativamente a este senhor que vem aqui falar, o Senhor Daniel Sousa, eu tenho a informar, e já mandei informar os líderes de cada grupo que este senhor fez também chegar a esta Assembleia um requerimento ontem, salvo erro ontem. E eu mandei comunicar aos líderes dos vários grupos em que sugere alterações ao nosso Regimento, ao Regimento da Assembleia Municipal e penso que este senhor hoje vem falar também sobre esse assunto: propostas de Regimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Faz favor, pode usar da palavra, faz favor.” -----

5.3. O Senhor Daniel Sousa, município de Oeiras, interveio e disse o seguinte: -----

----- “Também, Senhora Presidente, muito obrigado e boa tarde. -----

----- Como referiu, enviei um conjunto de vinte e sete contributos para a revisão do Regimento e como a Senhora Presidente acabou de referir, vai ser remetido aos diferentes Grupos Municipais. -----

----- Estas propostas elas estão divididas em cinco eixos: -----

----- O primeiro eixo. Que é da transparência, dados abertos e comunicação. -----

----- O segundo. Sobre a modernização do streaming e divulgação das Sessões da Assembleia Municipal. -----

----- O terceiro. Sobre a participação cívica. -----

----- O quarto. Sobre o funcionamento das Sessões e das suas Comissões. -----

----- O quinto eixo. Relativo à abertura da Assembleia Municipal à cidadania. -----

----- Quero referir também que todas as propostas que estão aqui incluídas foram feitas com base em material bibliográfico que está disponível no acervo das Bibliotecas Municipais de Oeiras.

----- Inclui aqui uma vertente tecnológica que eu acredito que esteja bastante em linha com o desígnio do Presidente da Câmara Municipal. E existe uma outra vertente que está alicerçada também num livro que já foi trazido aqui à Assembleia Municipal pela eleita Alexandra Tavares de Moura (PS) e pela eleita Paula Neto (INOV25), que é o livro “Mulheres Invisíveis” e eu acredito que conseguirão identificar porque é que eu trouxe essas propostas também nas propostas ao Regimento. -----

----- Em segundo lugar, Senhora Presidente, venho também em busca, não hoje, mas posteriormente, de algumas respostas por parte da Câmara Municipal, face a alguns e-mails que eu enviei já no ano passado. Um deles está relacionado com a celebração dos cinquenta anos do Poder Local Democrático e, portanto, relaciona-se com as celebrações desta data marcante para a

Democracia Portuguesa. -----

-----Em segundo lugar, a iluminação das paragens de autocarro no Município de Oeiras. -

-----Em quinto lugar, a solicitação dos estudos do IMI que foram referidos aqui a propósito da discussão do Orçamento, que têm a ver com as poupanças de fundos imobiliários e do setor bancário, foram referidas aqui na Assembleia Municipal e seria interessante também disponibilizar esses estudos. -----

-----O último assunto tem a ver com a agenda cultural de Oeiras. E eu aproveito para agradecer a resposta dos serviços do Departamento de Artes, Cultura, Turismo e Património Histórico e a razão pela qual eu enviei esse e-mail, as referências de todos os e-mails estão no formulário de inscrição que eu remeti aqui à Assembleia Municipal, têm a ver com o facto de eu ter perdido algumas sessões do Coro de Santo Amaro de Oeiras, a propósito das sessões de Natal. E a resposta do Departamento de Artes, Cultura e Turismo, Património Histórico é bastante sensata, porque se relaciona com a divulgação da agenda cultural da Trinta Dias, que é uma agenda muito boa para a divulgação da vertente cultural do Município de Oeiras. -----

-----No entanto, a Câmara Municipal poderá ter outras formas também de fazer uma divulgação maior das atividades culturais que acontecem no Município de Oeiras. Portanto, não se circunscrevendo à agenda cultural de Oeiras, e por outro lado, também, pode haver aqui uma vertente para capacitar os próprios agentes culturais para procederem a uma maior divulgação das suas atividades. -----

-----E, portanto, como eu disse no início, eu não vim à procura propriamente de uma resposta, neste momento, para estas questões. É uma sinalização que estas questões estão em aberto por parte dos serviços, as referências estão com a Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, é isso. -----

-----Só para terminar uma nota que referi, as Bibliotecas Municipais de Oeiras, agradecer aos serviços também das Bibliotecas Municipais de Oeiras que eu valorizo bastante. Têm um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

serviço fantástico e têm um programa cultural também das bibliotecas de Oeiras muito pertinente para o Município. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Não temos mais nenhum elemento do público para intervir nesta Assembleia. E eu vou dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente para, querendo, se pronunciar sobre alguns pontos.” -----

5.4. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero sim, Senhora Presidente. -----

----- Sobre a questão que foi trazida pelo primeiro cidadão, o Senhor Pedro Gonçalves. ---

----- Senhor Pedro, é lamentável quando as pessoas vêm a uma Assembleia Municipal expor um assunto que presumem saber ou conhecer e não conhecem.-----

----- A questão em causa é conhecida pelos serviços do Município há anos. A Vereadora do pelouro social já recebeu o senhor. Já fez uma série de propostas de habitação, de quartos, foi tudo recusado. Naturalmente, ainda há poucas horas...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou: -----

----- “... a senhora está a gravar ..., mas eu não presido à Assembleia Municipal, não sou eu que determino a gravação ou não.” -----

5.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, eu sei que está a gravar, mas esta Sessão está a ser gravada, toda ela, tudo o que aqui se diz está gravado, portanto, não vejo necessidade de que estejam a fazer novas gravações para publicarem não se sabe onde, não vejo essa necessidade. E a Senhora está ...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“E a memória do telemóvel não é minha.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“... de facto, aí a gravar desde o princípio, que eu estou a ver. Eu não tenho nenhum problema, pessoalmente, mas pode haver aqui deputados que não queiram ser filmados. Portanto, não, não, não lhe dou a palavra. Portanto, faz favor de continuar, Senhor Vice-Presidente.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, dizer apenas que o pagamento da memória na cloud não é meu, portanto, cada um sabe onde quer gastar os seus recursos. -----

----- Dizer que a questão é conhecida pelo Município de Oeiras há anos, acompanhada pelos serviços técnicos do Município há anos. Propostas realizadas há anos. Dizia eu há pouco que estava a ler um relatório feito pelas assistentes sociais em novemhro último, sobre a abordagem que foi feita e que foi recusada.-----

-----Portanto, a questão sucessivamente tem sido tratada pelos serviços, tem sido recusada. Não há muito mais a fazer. Vejam que eu estou com todo o cuidado... Senhora Presidente, eu agradecia que explicasse ao senhor que isto não é uma conversa.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Desculpem, os senhores não podem interromper.”-----

-----O Senhor Pedro Gonçalves, munícipe de Oeiras, interveio, mas não é perctível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Não, isto não... nós estamos aqui... vamos lá ver. Peço desculpa, o senhor já falou. E neste moimento, nos termos da organização desta Sessão, eu dei a palavra ao Senhor Vice-Presidente que não pode ser interrompido pelo público, nem por ninguém.”-----



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pronto, mas o senhor não é... peço desculpa... o senhor não é deputado municipal. Peço desculpa, o senhor já exerceu o seu direito e agora...” -----

----- O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “O senhor...” -----

----- O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Já faltou.” -----

----- O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Eu quero lhe dizer o seguinte: isto obedece a regras. Há regras para tudo, senão nós não conseguimos viver em sociedade. Se não existissem regras, nós não conseguimos viver. Isto era uma selva. -----

----- E, portanto, o senhor foi respeitado, teve o direito de usar a palavra, de vir aqui, e o Senhor Vice-Presidente está a responder. E o senhor só tem de fazer uma coisa...” -----

----- O Senhor Pedro Gonçalves, município de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “... não, o senhor neste momento só tem que fazer uma coisa, ouvir democraticamente

o que o Senhor Vice-Presidente está a dizer.” -----

-----O Senhor Pedro Gonçalves, munícipe de Oeiras, interveio, mas não é perceptível o que disse, pois do sítio de onde falou não há microfone. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Neste momento eu peço-lhe que não fale, senão tenho de o convidar a sair. Pura e simplesmente.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“Senhora Presidente, acrescento agora o seguinte: -----

-----Percebo que quem presume saber o que não sabe, se sinta confortável do alto de uma autoridade moral que não tem. E dizer também que ninguém, ou pouca gente, terá alguma coisa a ensinar ao Município de Oeiras em matéria de proteção social, ou não fosse por acaso que é o Município com proteção social mais elevada neste país. Aliás, estão pessoas nesta sala que conhecem o cuidado, e que não fazem parte dos órgãos, que este Município tem na abordagem a questões sensíveis. Portanto, peço imensa desculpa dizer isto, Senhor Pedro Gonçalves, o senhor não ensina nada nessa matéria.-----

-----Nada do que vem ao conhecimento, nada do Executivo Municipal é tratado com displicência. Porque se fosse, o Senhor Presidente da Câmara não tolerava nada a um vereador que menospreze uma questão de sensibilidade social.-----

-----O Presidente Isaltino tem um histórico irrepreensível nessa matéria de sensibilidade e cuidado, particularmente com os que menos têm. Portanto, o que eu disse é assim, assim: as abordagens não foram uma, duas ou três. As propostas não foram uma, duas ou três. Se não foram aceites e se não foram acolhidas pelo cidadão em causa, não pode ser acatado aos serviços do Município de Oeiras. Esteja o cidadão recetivo às propostas que a ação social lhe dirige e certamente que a situação já há muito estaria tratada de outra forma. -----

-----Sobre as questões trazidas pelo Senhor Daniel Sousa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Daniel, peço imensa desculpa, só conhecendo em detalhe, mas também o senhor disse que não vinha à procura de respostas. Portanto, todas as propostas são bem-vindas, mas agora conhecendo em detalhe.-----

----- Agora, um outro detalhe sobre a questão dos estudos do IMI. Naturalmente que os estudos podem ser disponibilizados. O que não pode ser disponibilizado é o contribuinte por questões de sigilo fiscal. -----

----- É só, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Não sei se algum dos senhores deputados pretende algum esclarecimento? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).” ----

5.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria começar por agradecer aos dois munícipes que cá vieram trazer questões relacionadas com o Município, agradecer a participação.-----

----- Em relação ao cidadão Daniel, sei que já tinha enviado há tempos um e-mail para os vários grupos políticos sobre questões que estariam por responder por parte do Município. E, portanto, há um e-mail que eu também encaminhei para a Assembleia esta semana para pedir o ponto de situação dessas questões não respondidas à Câmara Municipal. Salvo erro o e-mail é de setembro, outubro, não sei... Em relação às propostas do requerimento, ficamos à espera que a Senhora Presidente encaminhe. Ainda não as recebemos. -----

----- E em relação à primeira situação identificada, é uma situação que já não é a primeira vez que vem aqui à Assembleia, já veio no mandato anterior, se bem me lembro. É a mesma situação de um senhor a residir num carro. E, portanto, nós, de facto, desconhecemos a situação na sua globalidade. Quer isto dizer o quê? O cidadão trouxe - e saúdo o cidadão porque veio trazer uma questão que não é sua, é a questão de outra pessoa que está a passar pela situação - e, portanto,

só isso já seria de valorizar. Mas nós não sabemos onde é que está a razão e a situação foi trazida à Assembleia Municipal para conhecimento mais uma vez dos deputados. -----

-----E, por isso, eu queria aproveitar para requerer à Câmara Municipal um relatório onde seja explicado tudo o que se passa com este processo, ou seja, quais foram as medidas propostas que foram negadas como aqui foi afirmado, quantas foram, quando foram. Portanto, basicamente, o historial do processo tem de ser do conhecimento dos deputados. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----É só para dizer que aqui no requerimento diz que este senhor que vive nessas circunstâncias foi funcionário de empresa Oeiras Viva durante cerca de vinte anos. Que teve um acidente de trahalho, que não foi ativado o seguro de trabalho e que há queixas-crime a correr, portanto haverá queixas-crime. Não sei. Mas pronto, não está aqui documentado. É isso que tenho a esclarecer o que está aqui escrito.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“O senhor município falou sobre isso, sobre essa introdução. O que eu estou a pedir é o histórico da Câmara, que a Câmara diz que não é compatível com este discurso. Portanto, para os deputados conhecerem a situação por completo, precisam de saber a questão do lado da Câmara.

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), pretende usar da palavra?”-----

5.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Queria naturalmente agradecer aos munícipes a sua participação. -----

----- Requerer, relativamente ao munícipe Pedro Gonçalves, não um relatório social, porque isso não faz sentido a esta bancada, mas sim a resposta às questões colocadas pelo munícipe expurgando dos dados pessoais e sociais que não podem, obviamente, ser divulgados. Para percebermos a linha do tempo, o que é que foi feito e em que condições. -----

----- Dizer ao segundo munícipe que tomámos boa nota e tomaremos boa nota dos seus contributos para o Regimento, dando nota também de que a agenda dos Trinta Dias tem respaldo muitas vezes na Oeiras Visit, uma app que o Senhor Vice-Presidente muito gostou de lançar e que muitas vezes esquece de ter atualizada toda a informação cultural do Município, razão pela qual também pedia que o Executivo tivesse mais atenção a essa aplicação que naturalmente...” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... pois, mas eu não sou responsável do Executivo, Senhor Vice-Presidente e, neste momento, representa o Senhor Presidente, portanto é o responsável por dar esta resposta e por garantir que os serviços efetivamente funcionam, porque essa aplicação foi paga e, portanto, é para servir os munícipes e nesse aspeto estamos com certeza os dois de acordo. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Obrigada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).” -----

5.8. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, em nome do Grupo Municipal do Chega, nós vimos solicitar o número dos autos de notícia que certamente foram proferidos. Há pouco conheci o senhor lá fora, aliás, ele está ali sentado, e para que não haja aqui qualquer tipo de suscetibilidade ou de confusão,

essas ações criminais são situações que foram promovidas aquando da intervenção da PSP no local e que, certamente, foram remetidas para o Ministério Público.-----

-----Portanto, nada melhor do que ler os autos de notícias, perceber o que é que a polícia verificou e, ao mesmo tempo, perceber relativamente ao contraditório, o que foi mencionado pelas entidades envolvidas para que, todavia, possamos aqui, enquanto órgão de fiscalização, poder emitir logicamente um parecer equilibrado e não estarmos aqui a inventar nem, todavia, a colocar aqui um filme que não existe.-----

-----Contudo, eu quero aqui dizer que acho lamentável porque independentemente de o senhor ter razão ou não, e eu acredito que tenha razão pela convicção com que falou ali fora connosco, um homem que dedicou vinte anos a trabalhar...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado está a emitir juízos de valor sobre coisas que não sabe.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Eu não estou a emitir juízos, eu estou a constatar.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Está a emitir juízos de valor. O Senhor está a dizer que acha que tem razão...”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“O senhor trabalhou vinte anos.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não sabe, não sabe se tem razão, nenhum de nós sabe.”-----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não estou, não estou, não estou... Eu posso também ter cabeça para pensar, não é? Posso também emitir a minha sensação, não é, Doutora? -----

-----Pois, claro, com certeza. Claro. Mas só para terminar, acho que este assunto é mais um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assunto daqueles que fica na gaveta e que não pode ficar na gaveta. Portanto, nós, enquanto Grupo Municipal do Chega, nós vamos apurar responsabilidades a fundo relativamente a esta situação.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), pretende usar da palavra também? Senhores deputados, agradecia que mantivessem o silêncio para conseguirmos ouvir o que é que a Senhora Deputada Anabela Brito (IL) tem a dizer.” -----

5.9. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- É para agradecer primeiro que tudo aos dois munícipes que se dirigiram a esta Casa para apresentar as suas situações. E dizer que a questão levantada pelo Senhor Pedro Gonçalves é realmente de uma grande gravidade, independentemente de qual seja o caso, se ele tiver razão, ou não tiver razão, há uma situação que é grave e que certamente não só agora nós, como todos aqueles que nos estão a ouvir, querem saber qual é a razão desta situação.-----

----- E temos o direito de questionar aqui nesta Assembleia, como, por exemplo, saber porque é que são recusadas todas as hipóteses que são apresentadas pelo Executivo. Deve haver uma razão ou deve haver... por quem seja, pelo pelouro correspondente.-----

----- De qualquer forma, seja por quem for saber realmente porque é que rejeita, mas saber porque é que rejeita as opções que lhe são apresentadas. Mas quem é que veio cá dizer quais são?

----- Bem, dizer também que deve fazer chegar a esta Assembleia e aos deputados todo o histórico deste processo, para que assim possamos claramente e objetivamente perceber qual é a situação. -- -----

----- Quanto ao Senhor Daniel Sousa agradecer realmente os contributos, que iremos tomar nota deles a seu tempo.-----

----- Obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Muito obrigada aos senhores que aqui estiveram a
intervir como público. A Assembleia Municipal tomará certamente conta da vossa exposição. ---

-----E, portanto, nada mais havendo a fazer, dou por encerrada esta Sessão.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove e trinta minutos. -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e
pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----

Maria do Rosário Branco

-----O Primeiro Secretário,-----

Dr. R. M. Costa

-----O Segundo Secretário,-----

Dr. Miguel de Oliveira Estoril